

**MARÍA JOSÉ BELTRÁN**

**Processos institucionais e reestruturação do campo profissional:  
O caso do Serviço Social no Uruguai (1986 - 1995)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Myriam R. Mitjavila.

Florianópolis, 27 de Fevereiro de 2013



**MARÍA JOSÉ BELTRÁN**

**Processos institucionais e reestruturação do campo profissional:  
O caso do Serviço Social no Uruguai (1986 - 1995)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de Fevereiro de 2013.

---

Prof. Dra. Helenara Fagundes  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social –  
UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Myriam Raquel Mitjavila  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC  
Presidenta

---

Profa. Simone Sobral Sampaio  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC  
Primeira examinadora

---

Profa. Dra. Elizabeth Ortega Cerchiaro  
Departamento de Trabajo Social – Facultad de Ciencias Sociales -  
UDELAR  
Segunda examinadora

---

Profa. Dra. Sandra Noemi Caponi  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC  
Suplente



## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

À CAPES pela bolsa de estudos que possibilitou a realização do Mestrado.

À orientadora Myriam Mitjavila, de quem tanto apreendi em termos intelectuais e que foi parceira em todos os momentos. Estarei eternamente agradecida.

Às integrantes da Banca Examinadora, Elizabeth Ortega e Simone Sobral, pelas importantes contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Obrigada pelo seu tempo e dedicação.

Aos professores que foram entrevistados para a presente dissertação, por terem contribuído com informações fundamentais para a compreensão do momento histórico de estudo.

Aos amigos de Montevidéu e aos de Florianópolis, por todo o apoio e o carinho.

A minha mãe Graciela e a Carlos, pelo apoio incondicional em todas as horas. A meu irmão Juan, pelo companheirismo e amizade. Uma lembrança para meu pai Jaime.

E agradeço especialmente a Andrés, que me acompanhou no projeto ainda à distância e aceitando as circunstâncias. Obrigada por seu amor, paciência e compreensão. Dedico a ele este trabalho.



## RESUMO

**BELTRÁN, María José. Processos institucionais e reestruturação do campo profissional: O caso do Serviço Social no Uruguai (1986 – 1995).** 2013, 109 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A presente dissertação tem o propósito de descrever e analisar um período determinado do Serviço Social enquanto espaço acadêmico, no Uruguai, datado entre os anos de 1986 e 1995. Nesse período ocorre um conjunto de transformações institucionais na Universidade da República que afetou diretamente o Serviço Social, e teria produzido uma reestruturação do campo profissional. Essas transformações advêm da criação da Faculdade de Ciências Sociais, processo que começa em 1986, pós-recuperação democrática do país. A Faculdade é produto da intenção de unificar as ciências sociais no Uruguai, com o objetivo de estabelecer um centro acadêmico para o desenvolvimento da pesquisa na área social. O Serviço Social foi incorporado à nova Faculdade, através da criação de um Departamento de Serviço Social, o que implicou entre outras coisas, a mudança da sua matriz curricular a partir de 1992 e a institucionalização de exigências para a produção de conhecimento.

O processo de incorporação do Serviço Social implicou uma série de negociações por parte dos profissionais envolvidos nessa passagem, na consideração de que o Serviço Social não tinha o amadurecimento acadêmico para ingressar na Faculdade. A partir da perspectiva de Bourdieu, se analisam os agentes presentes e os tipos de capital em jogo, bem como as características do campo científico que reestruturaram o campo profissional.

Como processos decorrentes das mudanças institucionais, houve uma reestruturação do campo profissional, na medida em que são incorporadas competências associadas à pesquisa, as que vieram a questionar o estatuto acadêmico do Serviço Social. Do ponto de vista da sociologia das profissões, a passagem para a Faculdade de Ciências Sociais representou uma mudança significativa na profissão, na medida em que a coloca como interlocutor potencialmente válido para as ciências sociais, em relação à produção de conhecimento legitimado (em função do novo currículo) e da institucionalização dos estudos de pós-graduação para a formação de quadros acadêmicos.

As respostas da categoria, embora com matizes, estavam polarizadas basicamente entre uma tendência a favor da inserção do Serviço Social

na nova Faculdade, e outra que se opunha a essa inserção, apelado a tradições que exaltavam atributos tradicionais do campo profissional. As tensões e conflitos entre elas, fazem parte do âmago da dissertação, principalmente do ponto de vista dos processos que delas decorrem e que se manifestam na emergência de um novo estatuto profissional para o Serviço Social.

**Palavras chave:** Serviço Social, Uruguai, campo profissional, competências, autonomia.



## ABSTRACT

This thesis aims to describe and analyze a given period of Social Work as an academic field, in Uruguay, dated approximately between the years 1986 and 1995. In this period there is a set of institutional changes at the University of the Republic that directly affected the social services, and would have produced a restructuring of the professional field. These changes arise from the creation of the Faculty of Social Sciences, a process that begins in 1986, post-recovery democratic country. The Faculty is the product of intention to unify the social sciences in Uruguay, with the goal of establishing an academic center for the development of research in the social area. The Social Service was incorporated into the new Faculty, through the creation of a Department of Social Services, which entailed among other things, change its curriculum from 1992 and the institutionalization of requirements for the production of knowledge.

The process of incorporation of Social Work entailed a series of talks by professionals involved in this passage, in consideration of the Social Services did not have the maturity to join the academic faculty. From the perspective of Bourdieu, we analyze the agents present and the types of capital at stake, as well as the characteristics of the scientific field that restructured the professional field.

As ongoing processes of institutional change, there was a restructuring of the professional field, as it is incorporated skills associated with research, who came to question the academic status of Social Work. From the point of view of the sociology of professions, the passage to the Faculty of Social Sciences represented a significant change in the profession, in that it puts as potentially valid interlocutor for the social sciences in relation to the production of knowledge legitimized (depending on new curriculum) and the institutionalization of graduate studies for the academic training of cadres.

Responses category, although with nuances were largely polarized between a trend in favor of the inclusion of Social Work at New College, and others who oppose this insertion, appealed to traditions that exalted traditional attributes of the professional field. Tensions and conflicts between them, are part of the core of the dissertation, especially from the point of view of processes arising therefrom and manifested in the emergence of a new professional status for Social Service.

Keywords: Social Work, Uruguay, professional field, skills, autonomy.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO 1.....</b>	<b>19</b>
<b>A DELIMITAÇÃO DO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA.....</b>	<b>19</b>
1.1- CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL .....	20
1.1.1- Caracterização das profissões. Definições e atributos. Processos de profissionalização.....	20
1.1.2- As profissões e a questão da autonomia. Elementos para uma análise do problema no campo profissional do Serviço Social. ....	27
1.2 - UMA ANÁLISE A PARTIR DO ARCAFOÇO CONCEITUAL DE PIERRE BOURDIEU .....	32
1.2.1-. A noção de campo. Definição e características. A delimitação de um campo. Tipo de capitais. ....	33
1.2.2- As particularidades do campo científico. ....	38
1.2.3- O campo profissional do Serviço Social. ....	40
1.2.4- <i>Habitus</i> , identidade profissional e campo científico .....	43
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>49</b>
<b>O SERVIÇO SOCIAL URUGUAIO E AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA DÉCADA DOS ANOS NOVENTA .....</b>	<b>49</b>
2.1- ELEMENTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL URUGUAIO ATÉ 1986 .....	49
2.1.1- O Serviço Social uruguaio: dos primórdios até o final da década dos anos oitenta.....	49
2.1.2- <i>Habitus</i> e identidades profissionais na EUUS no período pós-Reconceituação .....	55
2.1.3- Um breve balanço da situação do Serviço Social às vésperas da sua inserção na área das Ciências Sociais. ....	62
2.2- MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE DA REPUBLICA E O SEU IMPACTO NO SERVIÇO SOCIAL. ....	63
2.2.1- A situação sócio política do Uruguai pós-ditadura militar (1985).....	65

<b>2.2.2-A restauração democrática da Universidade da República no Uruguai .....</b>	<b>68</b>
<b>2.2.3- O Processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais .....</b>	<b>72</b>
<b>2.2.4- O Serviço Social no âmbito do projeto de criação da Faculdade de Ciências Sociais.....</b>	<b>77</b>
<b>CAPÍTULO 3. ....</b>	<b>81</b>
<b>A REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1- O INGRESSO DO SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2- TENSÕES ACERCA DO PERFIL E AS FUNÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>84</b>
<b>3.3-DISPUTAS EM TORNO À NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>87</b>
<b>3.4- O CÓDIGO DE ÉTICA E A REDEFINIÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>92</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>103</b>
<b>REVISTAS.....</b>	<b>106</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

Este documento é o resultado da pesquisa empreendida no âmbito da pós-graduação em Serviço Social e constitui o trabalho final de conclusão do curso de mestrado. O objetivo fundamental é descrever e analisar determinado período do Serviço Social<sup>1</sup> enquanto espaço acadêmico, no Uruguai, o qual pode ser datado entre os anos de 1986 e 1995. Nesse período ocorre um conjunto de transformações institucionais na Universidade da República<sup>2</sup> que afetou diretamente o Serviço Social, e teria, de alguma forma, produzido uma reestruturação do campo profissional.

Essas transformações advêm da criação da Faculdade de Ciências Sociais, processo que começa em 1986, pós-recuperação democrática do país. A Faculdade é produto da intenção de unificar as ciências sociais no Uruguai, com o objetivo de estabelecer um centro acadêmico para o desenvolvimento da pesquisa na área social. O Serviço Social foi incorporado na nova Faculdade, através da criação de um Departamento de Serviço Social, o que implicou entre outras coisas, a mudança da sua matriz curricular a partir de 1992 e a institucionalização de exigências para a produção de conhecimento.

Dos estudos historiográficos sobre o Serviço Social uruguaio

---

1 Desde 1992 a profissão muda o nome e passa a se chamar *Trabalho Social*, sendo o título universitário *Licenciatura em Trabalho Social*, o que antes era chamado de *Serviço Social*. Para uma melhor compreensão dos conteúdos, vamos utilizar exclusivamente *Serviço Social*.

2 A *Universidad de la República Oriental del Uruguay*, fundada em 1849, é a única instituição pública responsável pela educação superior no país. Funciona em forma autônoma sob uma forma de gestão conjunta entre docentes, estudantes e formados, sendo regulamentada por uma Lei Orgânica. As funções da Universidade são: ministrar o ensino público superior em todos os âmbitos da cultura, impulsionar e proteger a investigação científica, contribuir ao estudo dos problemas de interesse nacional, defender os valores morais e os princípios de justiça, liberdade e bem estar social, os direitos humanos e a forma democrática de governo. O acesso aos cursos da Universidade é livre e gratuito, não existindo vestibular nem limitação de vagas. Foi a única Universidade responsável no país pela formação de profissionais até 1984, quando começa a funcionar a primeira universidade privada (*Universidad Católica del Uruguay*). Em relação ao Serviço Social, desde 1984 e até a atualidade, se formam profissionais na Universidade da República e na Universidade Católica, sendo o número de estudantes nesta última marginal, em comparação com os que ingressam à Universidade pública.

(Acosta, 1997; 2008; Ortega, 2008; 2011) conclui-se que a profissão desenvolveu-se no país a partir de uma forte vinculação com o Estado, sob formas de intervenção cada vez mais profissionalizadas e científicas de intervenção. Da mesma maneira que em outros países da região, a gênese do Serviço Social uruguaio encontra-se ligada à caridade e à filantropia. No entanto, o Serviço Social uruguaio foi precocemente absorvido pelo Estado já nas primeiras décadas do Século XX, como decorrência do processo de modernização e secularização da sociedade, e do desenvolvimento de mecanismos de administração da questão social, entre os quais merecem destaque aqueles associados ao higienismo.

Na segunda metade do século XX, a profissão atinge um novo patamar de institucionalização, na medida em que foi ganhando reconhecimento como disciplina especializada na divisão sociotécnica do trabalho, com incipientes níveis de autonomia a respeito às profissões às quais esteve historicamente subordinada.

Em 1957, com a criação no âmbito universitário da Escola Uruguaia de Serviço Social do Uruguai como escola independente, a profissão encontra um momento de síntese e renovação, participando seus próprios quadros docentes na redefinição da formação profissional.

O movimento de Reconceituação<sup>3</sup>, através da sua vertente vertente modernizadora, exerceu influências no processo de profissionalização do Serviço Social uruguaio, além de outras perspectivas também participantes, embora com menor influência sobre a academia e na formação dos quadros profissionais.

Com a ditadura militar, (1973-1984) os cursos de nível superior na área de Ciências Humanas e Sociais foram cancelados ou controlados, e, no caso do Serviço Social, significou um retrocesso em relação ao currículo anterior.

Na recuperação da democracia (1985), a Universidade da República inicia um processo de debates voltados para a recuperação da educação superior. O propósito era posicionar academicamente ao país, apontando para o desenvolvimento da pesquisa associada às necessidades nacionais, sendo a criação da Faculdade de Ciências Sociais resultado dessa conjuntura. A Escola Universitária de Serviço

---

3 Segundo Acosta (2005, p.226): "A reconceituação foi um movimento político-cultural muito heterogêneo, que se desenvolveu no Serviço Social da América Latina, no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970 do século XX, parte de um movimento muito mais amplo, processado no interior desses países, abarcando várias dimensões da vida social. "

Social, que dependia diretamente do Conselho Diretivo Central<sup>4</sup> fora finalmente substituída por outra estrutura que funcionará no âmbito da nova Faculdade.

Nessa linha histórica e na direção das mudanças antes colocadas, nosso objeto de pesquisa se configura em torno das *condições institucionais que, no início da década dos anos noventa, propiciaram uma reestruturação do estatuto do Serviço Social no campo das ciências sociais, bem como as respostas da categoria profissional diante dessas condições institucionais*.

Nessa direção, gerou-se um conjunto de condições vinculadas à formação para a produção de conhecimento que determinaram uma reconfiguração dos *habitus* profissionais.

Apresenta-se como *hipótese*, que o surgimento de novas condições institucionais foi alheia à própria categoria profissional, e que diante dessas mudanças, não houve consenso acerca da inserção da Escola de Serviço Social na Faculdade. Com efeito, emergiram diversas respostas a esse novo contexto institucional as quais respondiam a diversas perspectivas sobre o perfil da profissão.

As principais perguntas de pesquisa são:

- De que forma o campo do Serviço Social foi institucionalmente interpelado para definir as novas funções vinculadas à produção de conhecimento científico, e quais foram as respostas dos seus agentes nesse processo?
- Quais correntes de pensamento existiam no âmbito acadêmico do Serviço Social, e quais foram às perspectivas que prevaleceram na construção de um novo estatuto da profissão?
- Quais foram os principais agentes e grupos que participaram nessa reorganização do campo do Serviço Social, enquanto espaço acadêmico, e que tipo de interesses e estratégias foram por eles desenvolvidas?

---

4 O Conselho Diretivo Central (CDC) é o órgão reitor da Universidade da República, segundo a Lei Orgânica de 1958. O Conselho Diretivo Central está integrado pelo Reitor da Universidade, um representante do Conselho de cada Faculdade ou Instituto universitário, e nove representantes designados pela Assembleia Geral do Claustro, representando aos formados, docentes, estudantes. Segundo a Lei Orgânica, o Conselho Diretivo Central, com o Reitor e a Assembleia Geral do Claustro tem competência nos assuntos gerais da Universidade e aqueles vinculados a cada Faculdade ou Instituto. Fonte: [www.udelar.edu.uy](http://www.udelar.edu.uy)

- Quais foram as principais lutas de poder pela imposição do respectivo capital entre os agentes envolvidos, do ponto de vista do capital simbólico em jogo?
- Qual foi o papel do processo de formulação do primeiro Código de Ética nesse processo de redefinição do estatuto do Serviço Social, tendo em vista que se trata de um processo contemporâneo das mudanças institucionais que favoreceram a inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais?

Nessa direção, como *Objetivos* para o presente trabalho, pretende-se:

- Descrever e analisar o processo de passagem da Escola Universitária de Serviço Social para a Faculdade de Ciências Sociais e o seu consequente currículo de 1992, na medida em que se apresenta como um momento de reestruturação do campo profissional, em função de uma ampliação das competências.
- Analisar as respostas dos diferentes segmentos que compunham o universo do Serviço Social, as transformações institucionais, e quais foram as estratégias argumentativas presentes nos discursos dos seus agentes.
- Avançar na compreensão da história recente do Serviço Social no Uruguai, do ponto de vista da análise do papel das dimensões institucionais nos processos de redefinição da direção social da profissão, a partir de uma perspectiva que considere essa história recente num processo de longa duração, cujas raízes foram localizadas no início da segunda metade do Século XX, de acordo com pesquisas anteriores. Predomina no trabalho a intenção de compreender o processo de construção, a partir deste estudo de caso, das condições sócio históricas institucionais que participam da delimitação de um campo profissional.

Metodologicamente, a dissertação se apoia em uma pesquisa que implicou a utilização de fontes bibliográficas e documentais referentes ao período, as quais podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

- a- Documentos institucionais (atas, relatórios, resoluções, documentos referentes aos planos curriculares no período



analisado).

- b- Artigos da *Revista Uruguaya de Trabajo Social*. Única revista que manteve sua periodicidade no período examinado e que fora reeditada no ano 1986, pós-ditadura militar.
- c- Documentos inerentes ao processo de elaboração do Código de Ética profissional do ano 2001, incluindo o próprio Código.

As informações obtidas nas fontes documentais foram complementadas com entrevistas a informantes-chaves<sup>5</sup> que participaram do processo de inserção na Faculdade de Ciências Sociais.

A perspectiva teórica adotada se apoia em contribuições da sociologia das profissões, principalmente em Eliot Freidson, e na abordagem de Pierre Bourdieu sobre a delimitação dos campos e do campo científico em particular, bem como acerca da constituição do *habitus* profissional. Ao mesmo tempo, foram utilizadas contribuições oriundas de pesquisas desenvolvidas no interior do campo do Serviço Social sobre a trajetória da profissão no Uruguai e na América Latina.

O trabalho divide-se em três capítulos: no primeiro vamos expor o marco teórico de referência que utilizaremos para entender os processos mencionados, dividido ele em dois grandes momentos: o primeiro centrado na perspectiva da sociologia das profissões para entender o Serviço Social e o segundo, onde retomaremos algumas contribuições de Pierre Bourdieu para a análise da identidade profissional. No segundo capítulo, na primeira parte, torna-se necessário fazer uma recuperação da profissão no século XX, destacando as principais tendências e perspectivas no fim da década dos oitenta e princípios da década dos noventa do século XX. Esse será o marco de referência para poder entender o Serviço Social nos anos posteriores.

Na segunda parte do mesmo capítulo, apresentamos uma visão do Uruguai pós-ditadura em termos sociopolíticos, e, nesse contexto, as mudanças institucionais na Universidade da República e na Faculdade de Ciências Sociais.

No terceiro e último capítulo, e de acordo com as supracitadas transformações, dedica-se a examinar a passagem da Escola de Serviço Social para a Faculdade, com ênfase na identificação dos agentes

---

5 Foram entrevistados para a presente dissertação, os professores Blanca Acosta, Leopoldo Font, Socorro Garcia, Myriam Mitjavila, Cristina Olhegui, Daysi Solari, e o servidor administrativo Juan José Urrestarazu. As informações proporcionadas são utilizadas na presente dissertação sob consentimento dos entrevistados.

envolvidos e suas estratégias discursivas. O capítulo conclui com a descrição do processo de criação do Código de Ética enquanto espaço de negociação de interesses, processo que terá reflexos na redefinição do campo do Serviço Social, principalmente no que tange à competências associadas à produção de conhecimento.

Nas considerações finais, longe da pretensão de chegar à conclusões acabadas formula-se um ensaio de síntese sobre o processo aqui examinado, fundamentalmente na direção de orientar futuras pesquisas acerca deste objeto de estudo.

## CAPITULO 1.

### A DELIMITAÇÃO DO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

Neste primeiro capítulo analisamos do ponto de vista teórico, os processos de conversão de ocupações em verdadeiras profissões, em diferentes áreas, que emergem na divisão social do trabalho. Nesse sentido, tentaremos mostrar aqueles traços das profissões que as diferenciam de outras ocupações, bem como os processos de profissionalização por elas experimentados.

É preciso entender, concordando com Freidson (1978, p.9), que uma profissão é o resultado de um processo que se desenvolve em estreita relação com o Estado e a sociedade. Portanto, a análise da institucionalização de ocupações enquanto profissões requer, ao mesmo tempo, examinar os processos políticos por meio dos quais as profissões obtêm do Estado o direito para desempenhar determinadas tarefas, recrutar e educar aos seus membros e definir os conteúdos do seu trabalho. Isso implica, também, observar os modos de argumentação que cada profissão desenvolve no processo de construção do seu próprio campo de competências, assunto que constitui o foco da presente pesquisa.

Nessa direção, introduziremos alguns conceitos centrais da sociologia de Pierre Bourdieu como os de *campo*, *capital* e *habitus*, com o intuito de entender e interpretar as mudanças acontecidas na década de 1990 no Serviço Social uruguaio, as quais tiveram como uns dos resultados a reestruturação do campo profissional, e uma reconfiguração de elementos centrais da identidade profissional, em função da coexistência de elementos heterogêneos e conflitantes do *habitus* profissional. Por tal razão, os conceitos de Bourdieu serão úteis para entender as estratégias dos agentes envolvidos, e a movimentação de diferentes tipos de capital em função de um jogo de poder que caracteriza este campo de estudo.

Ainda neste capítulo, é realizado um resgate de autores da área de Serviço Social que se apoiam nos conceitos e categorias de análise com origem nas perspectivas teóricas que foram escolhidas como marco de referência para a presente pesquisa. Dessa forma, se encaminhará para os próximos capítulos, onde será abordada a particularidade da profissão no Uruguai, com a especificidade do período de estudo 1986 – 1995.

## 1.1- CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL

### 1.1.1- Caracterização das profissões. Definições e atributos. Processos de profissionalização.

A literatura da Sociologia das profissões envolve um conjunto de estudos destinados a entender as características e trajetórias das profissões e as funções delas no mundo moderno industrializado. Segundo Meneghetti (2010, p.9), o quadro histórico em termos de teoria das profissões seria o seguinte: Talcott Parsons (1951) nos Estados Unidos da segunda pós-guerra do século XX foi o primeiro em abordar o assunto das profissões de maneira contundente, seguido por Everett Hughes (1958) fora da tradição funcionalista então predominante. William Goode (1957) e Harold Wilensky (1964), assim também como Bucher e Strauss (1961) também preocupados por desenvolver uma definição de profissão, realizaram outras contribuições a este campo temático. No início dos anos 1970, Eliot Freidson (1970), Johnson (1972) e Larson (1977) estudaram as profissões destacando, nelas, as problemáticas de conflito e do poder. Na mesma década, uma parte da literatura, de cunho marxista, profetizou o declínio das profissões, em função do que fora largamente reconhecido como processo de desprofissionalização ou de proletarianização, questões que apareceram nos trabalhos de Oppenheimer (1973), Braverman (1974), Haug (1975), assim como de Gyarmati (1975) e Roth (1974). Na década de 1980, essa problemática converteu-se também em objeto de análise para pesquisadores europeus, entre os quais cabe lembrar a Lucas e Dubar (1990), Torstendahl e Burrage (1990), através de abordagens que transpareciam posicionamentos críticos diante da produção intelectual anglo americana, principalmente no que se refere à interpretação do papel do Estado na construção dos campos profissionais.

Uma das principais preocupações na literatura social sobre o tema tem sido chegar a uma definição sobre o que é uma profissão nas sociedades modernas. A esse respeito, Diniz (2001) apresenta um quadro analítico das diferentes perspectivas ou modelos teóricos que, forjadas no âmbito da sociologia, estão voltadas para a definição do conceito de profissão ou para a análise dos processos de profissionalização das ocupações.

A autora classifica esses enfoques em três grandes tipos: as

teorias atributivas-funcionalistas, as teórico-comparativas, e as que destacam o declínio das profissões como resultado da desprofissionalização ou proletarização.

Com relação à perspectiva funcionalista de Talcott Parsons (1939) e dos enfoques a ele associados, a autora destaca o marcado interesse dos pesquisadores em mostrar a relevância dos valores tais como a razão científico-tecnológica na reprodução de elementos institucionais do sistema social mais amplo.

Nessa linha, os funcionalistas perguntam-se quais são as características que definem as profissões como categoria ocupacional diferenciada e, portanto, como é possível identificá-las. Isso impulsionou a realização de pesquisas à procura daqueles traços compartilhados por toda e qualquer profissão. Assim, por exemplo, Parsons (1951, p.279) analisando a prática médica moderna, propõe como características da função profissional:

- *O universalismo*: as profissões estariam marcadas por uma orientação para o universalismo em oposição ao lucro, elemento central das ocupações voltadas para o mundo dos negócios. Dessa forma, a atividade profissional estaria voltada para os serviços, ou, ainda para o avanço da ciência, sendo coletivamente orientada e não auto-orientada.
- *Especificidade funcional*: a autoridade profissional está fundamentada na sua competência técnica. A autoridade profissional é limitada a uma esfera particular de conhecimento e habilidade definida tecnicamente. A especialização da competência técnica constitui a base da divisão do trabalho.
- *Neutralidade afetiva*: refere-se às atitudes esperadas naquelas profissões cujos objetos de intervenção correspondem à condições humanas, porém, a partir do posicionamento profissional que implica um distanciamento intencional a respeito dos clientes.

Uma das críticas do interacionalismo ao funcionalismo se refere à ausência, neste enfoque, da noção de processo para compreender os atributos e funções das profissões nas sociedades modernas. Nesse sentido, Hughes (1958) destaca a importância das noções de *diploma* ou *licença* e de *mandato*. A primeira refere-se ao tipo de credenciais exigidas para o exercício da profissão, enquanto que a noção de mandato remete ao conjunto de obrigações legais inerentes às funções

desempenhadas em cada profissão.

Hughes acrescenta outros dois elementos: o compromisso do profissional no resguardo da relação com seus clientes, e a existência de organizações profissionais voltadas para a proteção do diploma e a conservação do mandato dos seus membros. (MENEGETTI, 2010, p.16)

Desse modelo básico, alguns autores acrescentam outras características das profissões. William Goode (1957,1960), por exemplo, introduz a ideia de comunidade profissional, como característica essencial de qualquer profissão, e de qualquer ocupação que tenha aspiração de alcançar esse status. O que define uma profissão não responde a um *lôcus* físico, mas sim ao fato de os seus membros compartilharem um senso comum de identidade, que compreende também o partilhamento de valores, de uma linguagem que lhe é própria e parcialmente inacessível aos leigos, além do domínio sobre a reprodução da comunidade profissional em termos de formas de treinamento e socialização.

Harold Wilensky (apud MENEGETTI, 2009, p.15) faz uma tentativa de síntese das perspectivas funcionalista<sup>6</sup> e interacionista. Nela, o autor destaca que o critério técnico não é o único a ser considerado para a definição de uma profissão, já que ela responde também ao grau em que os praticantes aderem às normas morais estabelecidas. Trata-se de normas que decorrem de um ideal de serviço, definido em termos de dedicação aos interesses dos clientes. Contudo, o trabalho profissional estará sempre baseado em um conhecimento sistemático, e as ocupações que sustentam o seu fazer em procedimentos científicos, teriam atingido um patamar claramente diferenciado em virtude do estatuto do conhecimento científico nas sociedades modernas.

A partir dos elementos até agora apresentados, Diniz (2001, p.18) afirma que há consenso entorno à definição básica de profissões como "ocupações não-manuais que requerem funcionalmente para seu exercício um alto nível de educação formal usualmente testado em

---

6 A concepção funcionalista de profissão e o seu processo foi alvo de críticas na medida em que são definições que atingem a sociedades como a dos Estados Unidos e Inglaterra nos séculos XIX e XX, onde prevalecia a presença do mercado sobre o Estado e onde as profissões eram sujeitos importantes na modernização da sociedade, assim como, não se apresentam relações entre os atributos, nem o peso relativo de cada uma deles. Em conclusão, e segundo Diniz (2001, p.22) falta uma teoria que relacione os atributos, especifique a importância, o peso e o tipo de relação que mantém entre si.

exames e confirmado por algum tipo de credencial.” A autora aponta que, nas sociedades modernas, a expressão “alto nível de educação formal” é equivalente à educação de terceiro grau, geralmente universitária, ao tempo que se entende por “credencial” o acesso ao exercício profissional uma vez obtido um diploma.

De acordo com o examinado até agora, poder-se-ia dizer que existe um conjunto de atributos cuja presença seria constante em todas as profissões, os que, sinteticamente podem ser enunciados nos seguintes termos: a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo que requer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associados profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética. Essas características formais, conjuntamente consideradas, tem a função de garantir o controle ocupacional, e a autonomia definida em termos de autorregulação.

Dessa reflexão, segue-se que há um processo de profissionalização que decorre da presença dos atributos e uma sequência mais ou menos constante deles na conformação de qualquer profissão. Uma versão do processo de profissionalização, segundo Diniz (2001, p.21) foi apresentada por Wilensky (1970) quem, através de uma extensa pesquisa sobre as profissões nos Estados Unidos, observou que esse processo envolve quatro movimentos: em primeiro lugar, uma ocupação se torna um trabalho de tempo integral; em seguida, criam-se escolas para treinamento com uma base acadêmica universitária proporcionando uma base de conhecimento ampla e complexa. Posteriormente, criam-se associações profissionais, as quais obtêm do Estado, através de intensa atividade política, a legislação que autoriza a prática da atividade ocupacional, apenas por aqueles que possuem as licenças formais, penalizando a prática não credenciada. Finalmente, são estabelecidas regras de conduta profissional, ou seja, um código de ética, como o intuito de regular as relações dos profissionais com seus clientes e com seus pares.

Freidson vai desenvolver o conceito de profissionalismo e, a partir dele, analisar os órgãos e os recursos necessários para que ele ocorra. Esse autor o concebe como um tipo ideal, mas não como algo fixo invariável, e sim, como: “um conjunto constante de características e os órgãos e recursos como variáveis que interagem.” (FREIDSON, 1995, p.2). Nessa perspectiva, o conceito de profissão liga corpos de conhecimento, discursos, disciplinas e campos aos meios sociais,

econômicos e políticos através dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo<sup>7</sup> (FREIDSON, 1995, p.1).

Esses elementos interagem entre si, compondo o que seria o tipo ideal de profissão, cujos elementos essenciais compreendem:

- Uma ocupação que empregue um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, fundamentado em conceitos e teorias abstratas, além do exercício inserido em um mercado de trabalho formal, usufruindo de um *status* oficial e de um público consideravelmente amplo (FREIDSON, 1995, p.8).
- Jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, em uma divisão do trabalho específica, organizada e controlada pelas ocupações participantes. (IBIDEM, p. 8)
- Controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho, por meio de uma reserva que exija que apenas os membros adequadamente credenciados possam executar as tarefas sobre as quais têm jurisdição. (IBIDEM, p.8)
- A credencial utilizada para amparar sua reserva de mercado de trabalho é criada por um programa de treinamento que se desenvolve fora do mercado de trabalho, em escolas associadas a universidades. O currículo de ensino é estabelecido, controlado e transmitido por membros da profissão que agem como corpo docente em tempo integral, atuando pouco ou nada no mercado de trabalho cotidiano. O corpo docente serve como classe cognitiva da profissão. (IBIDEM, p. 8)

---

7 Freidson se pergunta como podemos utilizar conceitos amplos e abstratos com instituições humanas empíricas, conceitos tais como discurso, disciplina, campo e capital cultural. "De que maneira discurso, conhecimento, disciplina e campo se tornam suficientemente diferenciados e organizados a ponto de se transformarem em instituições distintas e influentes? De que modo podem exercer poder? De que forma seus criadores e elaboradores mobilizam recursos econômicos, políticos e sociais para sustentar seus empreendimentos? Quais são as instituições que selecionam e habilitam elementos particulares da "cultura", a ponto de torná-los "capital" cultural (e humano)?" Nessa direção, o autor acredita que o conceito sociológico convencional de profissão é apropriado para responder a tais questões.



Embora todos esses elementos façam parte do *tipo ideal*, à medida em que cada um deles está presente na realidade de uma ocupação, pode empiricamente ser variável. Tais variações dependem do tipo de Estado e o conteúdo de suas políticas; da composição e organização da profissão; das ideologias do Estado, do capital privado e outros setores envolvidos, entre outros fatores. Em palavras de Freidson:

Os profissionais são aquelas pessoas que criam, expõem e aplicam aos assuntos humanos o discurso de disciplinas, campos, corpos demarcados de conhecimento e qualificação. Esse é seu trabalho, que não pode ser desempenhado sem instituições que lhes garantam apoio econômico, poder e organização. Meu quadro de referência procura fornecer os recursos analíticos que tornam possível mostrar como as disciplinas, os corpos de conhecimento e qualificação podem existir enquanto empreendimentos sociais, bem como traçar as fontes de variação em poder e autonomia que possam ter em diferentes espaços e tempos. (FREIDSON, 1995, p.8):

De acordo com o que fora até aqui exposto, quanto maior for a especialização funcional de uma ocupação, maiores serão as chances de construção de essa profissão conquistar o monopólio do seu exercício, garantindo dessa forma sua permanência numa determinada posição na divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo, ela tem o patrocínio do Estado ou de outras elites que dão licenças para que uma ocupação possa exercer em forma exclusiva uma determinada função.

Em relação às licenças acadêmicas, estas se vinculam a uma série de competências desenvolvidas por uma determinada ocupação. Basicamente entendemos por competências, um *saber fazer* sobre alguma coisa, com determinado nível de especificidade. Essa esfera particular deve ser definida tecnicamente e ter a proteção do Estado ou de outras elites para alcançar suficiente legitimidade e proteção estatal, o que deverá ser acompanhado de um tipo de argumentação dos próprios profissionais para obter os patrocínios. Também, e como já foi dito, deve ser acompanhado de um determinado corpo de conhecimentos que sustente esse *saber fazer*, geralmente com base em algum tipo de credencial ou licença habilitante.

Devido à importância que a questão das competências tem na presente pesquisa, considera-se pertinente resgatar a perspectiva de Dubar (1999) sobre esse tópico. Esse autor propõe observar as

diferencias entre as noções de competência e qualificação, nas articulações entre ambos os termos e o uso de cada um deles na sociologia<sup>8</sup>. O modelo das competências pressupõe um conjunto de saberes e aptidões apreendidos e valorizados na prática, os quais permitiriam enfrentar situações imprevistas em quanto saberes ligados ao *know-how* em contextos específicos. O termo competências refere-se a um conjunto de “saberes e *know-how* construídos socialmente por um trabalho de argumentação do grupo e reconhecidos como indispensáveis à produção de um bem ou de um serviço” (PARADISE, 1987 apud DUBAR, 1999, p.5). Essa perspectiva é retomada e adotada na sociologia francesa do trabalho dos anos oitenta, os que definem a competência como:

(...) a marca distintiva dos membros de grupos profissionais que almejam ou conseguiram constituir-se em mercado de trabalho fechado, controlado pela elite do grupo e reconhecido pelo Estado. As competências ostentadas seriam parte de uma retórica profissional destinada a convencer da existência de uma necessidade a qual apenas os profissionais poderiam suprir, uma vez que foram oficialmente habilitados para tanto. (DUBAR, 1999, p.5)

Na década dos anos oitenta aparece um conjunto de mudanças significativas que marcariam a passagem do modelo da qualificação para o outro das competências, influenciados pelas novas práticas de gestão de empresas. Seja como for, a questão das competências se apresenta como um elemento fundamental da construção dos campos profissionais, sendo que um dos veículos de consagração institucional das competências profissionais o constitui o código de ética.

---

8 De acordo com Dubar (1999), houve uma substituição do termo qualificação social pelo de competências. Na sociologia francesa do trabalho houve uma preocupação pelas definições em função das transformações do trabalho na década dos anos cinquenta. No centro do debate está a concepção da qualificação onde se privilegiam os conhecimentos formais, os saberes acadêmicos e disciplinares e as licenças necessárias para exercer uma profissão. Por outro lado, as competências vinculam-se com aquelas qualidades pessoais e profissionais socialmente requeridas e institucionalmente valorizadas, e que num modelo empresarial tem vinculação estreita com os postos de trabalho ou às posições hierárquicas da empresa. Contudo, ainda persiste a dualidade qualificação/competência, onde a noção de qualificação traz uma vertente social e a noção de competência seria uma vertente individual da profissionalidade.

Em suma, nas páginas precedentes tentamos caracterizar, do ponto de vista teórico, os elementos e processos que determinam que uma ocupação seja definida como uma profissão. Neste sentido, as teorias atributivas - funcionalistas são um marco para entender o conceito de profissão, outorgando relevância à especificidade funcional, isto é, à delimitação de um campo de saberes e práticas próprios de uma profissão, em oposição a outras ocupações e profissões com as quais possa vir a compartilhar seu objeto de intervenção. Neste sentido, destaca-se o papel das universidades no processo de sustentação acadêmica das competências de qualquer profissão.

A questão das competências será analisada mais adiante, em quanto dimensão relevante da inserção do Serviço Social no campo das Ciências Sociais no Uruguai, na medida em que esse processo vai interpelar a capacidade da profissão para desenvolver novas competências associadas, fundamentalmente, à produção de conhecimento. O principal desafio para a profissão foi, nesse caso, a possibilidade de criar um corpo de conhecimento cientificamente legitimado e fortalecer assim o próprio campo.

Nessa direção, e pensando nos elementos do tipo ideal definido por Freidson, a passagem para a Faculdade representou uma possibilidade para formar um corpo de professores e pesquisadores inseridos no Departamento de Serviço Social da nova Faculdade, para o treinamento e o controle dos conteúdos da profissão. Isto foi acrescentado pela criação de um programa de pós-graduação em Serviço Social a partir do ano 1995 aproximadamente.

A análise desse caso permitirá ilustrar a importância que assume a questão das competências na construção do próprio campo e da identidade profissional, tendo em vista que para profissões interventivas, como o Serviço Social, o desenvolvimento de competências vinculadas à pesquisa e à produção de conhecimento habitualmente não fazem parte da cultura e das tradições do corpo profissional.

### **1.1.2- As profissões e a questão da autonomia. Elementos para uma análise do problema no campo profissional do Serviço Social.**

Freidson (1978), a través de uma análise aprofundada da medicina como profissão, desenvolve um conjunto de parâmetros que servem para analisar e comparar as profissões. Com esse propósito, considera que o único critério verdadeiramente importante na demarcação de uma profissão é o controle legítimo sobre o exercício do trabalho, isto é, a autonomia técnica. Os outros tipos de autonomia

decorrem da autonomia técnica, ou seja, da auto-determinação acerca dos conteúdos, das regras e do desenvolvimento do trabalho. Para Freidson (1978), a autonomia constitui o principal traço das profissões e, por tanto, o elemento que melhor as diferencia das outras ocupações.

Por essa razão, o autor considera relevante investigar as condições de produção e reprodução da autonomia profissional. Nesse sentido, observa que o processo que leva a alcançar altos níveis de autonomia é extremadamente complexo devido ao conjunto de relações sociais em jogo:

La autonomía es el resultado crítico de la interacción entre el poder político y económico y la representación ocupacional, interacción facilitada a veces por instituciones educacionales y otros dispositivos que convencieron satisfactoriamente al Estado de que el trabajo de la ocupación es fiable y valioso (...) a través de un proceso de negociación política de persuasión, la sociedad es llevada a creer que es conveniente conceder a una ocupación el status profesional de autonomía reguladora propia. (FREIDSON, 1978, p.93)

Para Freidson (1978, p.59) a autonomia técnica é o centro do que é exclusivo de uma profissão, e quando ela é atingida, outros segmentos de autonomia fluem em outras áreas, obtendo-se também outros privilégios e vantagens em outras esferas da prática profissional nos do pontos de vista jurídicos, hierárquicos ou econômicos. A autonomia sobre o caráter técnico do trabalho dá os meios para ser um profissional livre, mesmo na dependência ocupacional do Estado.

A autonomia é sempre relativa e não é incompatível com a inserção dos profissionais em organizações burocráticas públicas ou privadas, na medida em que a existência da subordinação hierárquica do profissional não é impedimento para que possa autorregular os conteúdos e a forma do seu trabalho.

Vários elementos são apontados por Freidson como condição de possibilidade de autonomia de uma profissão. Um dos mais importantes refere-se ao caráter esotérico do conhecimento e da expertise em que se apoia o exercício profissional, esotérico no sentido de um conhecimento não acessível aos leigos. Esse conhecimento é obtido ao longo de um processo de formação que responde à educação formal de nível superior e a obtenção de credenciais por meio de diplomas. Também são essenciais à conquista de autonomia, a existência de uma organização

corporativa que represente os interesses do coletivo profissional e de um código de ética por meio do qual a corporação, entre outras coisas, conseguira se autorregular como resultado da normatização do exercício profissional individual dos seus membros<sup>9</sup> (FREIDSON, 1978, p.353).

Com relação ao status Freidson (1978, p. 84) acredita, que ele não constitui um atributo natural de qualquer profissão. Ao contrário, é resultado de um processo social que culmina com a existência de um mercado e amplo convencimento do seu trabalho. Nesse processo de atribuição de status, as relações da categoria ocupacional com o poder político e econômico das elites dominantes, constitui um fator chave. Como consequência disso, a profissão pode conquistar um status o suficientemente elevado como para subordinar a ela outras profissões e ocupações ou, ainda, confina-as a posições de marginalidade. Nesse processo de conquista da autonomia, a relação do conhecimento e serviços que a profissão oferece, com valores essenciais da sociedade, vai se mostrar como condição para a própria profissão. Assim, por exemplo, a saúde como valor nas sociedades modernas, tem sido um fator fundamental na conquista da autonomia e de um status elevado por parte da profissão médica.

Já para Goode (apud FREIDSON, 1978, p.89), as duas características centrais das profissões, seriam: um longo processo de educação especializada, baseada em um corpo de conhecimentos abstratos e em uma orientação de serviço à coletividade. Dessas duas características decorre um amplo conjunto de atributos, dentre os quais, cinco referem-se à autonomia: a profissão determina suas próprias normas de educação e treinamento; a prática profissional é reconhecida legalmente por alguma forma de licença ou credenciamento; os órgãos que outorgam a habilitação para o exercício profissional estão integradas por membros da profissão; o conteúdo da maior parte da legislação que a regulamenta foi definido pela própria profissão e, por ultimo, os profissionais, individualmente considerados, encontram-se a resguardo da ingerência dos leigos na avaliação do conteúdo do trabalho, graças à blindagem proporcionada pela legislação e pelas as organizações corporativas da profissão.

---

9 O caso da Medicina, estudado por Freidson (1978, p.29) foi na Idade Média quando obteve por meio do ensino universitário, a competência exclusiva para determinar o conteúdo adequado e o método efetivo para o tratamento da doença. A medicina era uma profissão de estudo mais do que da prática. Foi no final do século XIX, quando teve uma base científica suficiente para que o seu trabalho fosse superior aos curadores regulares.

Goode (apud FREIDSON, 1978, p.88) outorga uma grande relevância à formação especializada e à orientação de serviço, aspectos também considerados por Freidson em sua análise sobre a autonomia. Após discutir o papel desses elementos, Freidson conclui que o conteúdo objetivo e a duração da aprendizagem são menos decisivos para a conquista da autonomia do que o exercício do controle ocupacional sobre a aprendizagem. Dessa forma, para Freidson, o controle sobre a formação é o que realmente importa na hora de considerar a autonomia de uma profissão.

No la educación por si misma, entonces, sino la cuestión de la autonomía y el control sobre la educación concedido a la ocupación por una élite o por un público convencido de su importancia, parecen ser capaces de diferenciar claramente entre las ocupaciones (FREIDSON, 1978, p. 90)

Nesse sentido, para Freidson (1978), o conteúdo real da educação ou da formação não parece ser o que faz as diferenças:

Como propuse en mi análisis de la división del trabajo médico, las posibilidades de tener autonomía funcional y la relación del trabajo de una ocupación con el trabajo de las profesiones dominantes parecen ser fundamentales. Y el proceso que decide el resultado es esencialmente político y social más que de índole técnica; proceso en el que el poder y una retórica convincente tienen mayor importancia que el carácter objetivo del conocimiento, la educación y el trabajo. (FREIDSON, 1978, p.90)

A partir da óptica de Freidson, Aquin (2009) analisa as relações entre condições de trabalho e grau de autonomia, existentes nas práticas profissionais do Serviço Social. A autora destaca, em particular, o papel exercido pelas relações entre profissão e Estado, em cada contexto histórico:

En estos contextos particulares adquiere importancia la relación profesión-Estado, una relación de poder que se establece sobre dos ejes: visto desde la profesión, se trata del poder de controlar su propio trabajo, así como también algunos aspectos financieros y estructuras institucionales; visto desde el segundo eje, es el

Estado el que, conforme con criterios políticos, sociales y económicos, otorga ubicaciones diferenciales a los profesionales en el mercado ocupacional. (AQUIN, 2009, p.128)

Segundo Aquin (2009, p.129) as profissões podem ser analisadas desde duas perspectivas: uma, que as considera socialmente determinadas por estruturas que transcendem a própria profissão e que lhe outorgam uma direção social, e outra, que considera a profissão em se mesma, desde suas próprias práticas e representações. Sem desconhecer a influência dos fatores de natureza estrutural, a autora reivindica o papel das estratégias individuais e coletivas que são desenvolvidas pelos agentes profissionais no processo de conquista da autonomia.

Para Aquin (2009) a autonomia é um atributo coletivo que decorre das relações de força que historicamente se constituem no campo profissional. Contudo, o grau de autonomia alcançado pela categoria não necessariamente atinge à totalidade do campo profissional, nem a todos os seus membros individualmente considerados. O que a autora ressalta é o caráter coletivo da autonomia da profissão, a qual estaria estreitamente associada ao grau de legitimidade social por ela alcançado:

Un reposicionamiento más simétrico en el campo, producto de un mayor grado de legitimidad, no se logra a través de acciones individuales, sino de estrategias de reproducción ampliada de las instituciones propias de la profesión, la academia y el gremio. De manera que tanto la profesionalización como el avance hacia mayores niveles de legitimación, resultan como la afirmación colectiva de un status social especial y como un proceso colectivo de reproducción ampliada de la actividad. (AQUIN, 2009, p.131)

Em suma, de acordo a o que fora analisado até agora, pode concluir-se que a questão da autonomia é considerada pela maior parte dos autores como uma dimensão-chave para o estudo das profissões. Ao mesmo tempo, parece-nos igualmente relevante a função que desempenha o caráter esotérico do conhecimento como condição para que uma profissão alcance um alto nível de autonomia. A importância de ambos os aspectos pode ser apreciada quando são examinados processos de institucionalização de profissões nas quais o grau de autonomia alcançado é ainda baixo ou precário.

O caso do Serviço Social parece ilustrar esse tipo de condição, na medida em que seus conhecimentos referem-se ao difuso e amplo campo da realidade social, terreno no qual os leigos se sentem geralmente a vontade para incursionar, e também na condição de leigos, os representantes de outras profissões ao se manifestarem sobre assuntos da área social.

Dessa forma, os conteúdos da disciplina aparecem como um capital social que pode ser abordado, analisado ou expressado por diversos atores institucionais. Todos se arrogam competência para argumentar sobre objetos do Serviço Social. Segundo Aquin (2009), dado que não existe um trabalho sistemático de clausura do campo, as fronteiras acabam-se abrindo perante outras profissões.

## **1.2 - Uma análise a partir do arcabouço conceitual de Pierre Bourdieu**

Questões como autonomia, identidade e a institucionalização das profissões não deveriam ser examinadas à margem das estruturas e processos mais amplos que organizam todo campo profissional. Esse seria o entendimento do sociólogo francês Pierre Bourdieu quando examina a prática científica como profissão, inserindo-a num contexto mais amplo que ele define em termos de "campo".

A utilização do arcabouço conceitual de Bourdieu mostra-se apropriado como referencia teórica para examinar o caso do Serviço Social, principalmente, no que tange à definição da noção de campo e, em particular, a de campo científico, concebido como espaço de lutas de poder. Tanto à noção de campo, quanto os conceitos de *habitus* e de capital serão apresentados nas próximas páginas, porque, julgamos, proporcionam um esquema de análise que pode mostrar-se produtivo para compreender a mudança de estatuto profissional experimentada pelo Serviço Social uruguaio no momento em que passa a fazer parte do universo das ciências sociais, provocando mudanças significativas nos traços identitários individuais e coletivos da profissão.

Embora se trate de um autor cuja influencia no próprio campo do Serviço Social é tênue, resgataremos algumas análises que se apoiam na proposta teórico-metodológica de Bourdieu para examinar o rumo e dilemas atuais experimentados pela profissão.



### **1.2.1-. A noção de campo. Definição e características. A delimitação de um campo. Tipo de capitais.**

Podemos localizar a problemática bourdессiana no jogo de oposições que historicamente enfrentaram objetivismo e subjetivismo e enquanto polos entorno dos quais se organizaram as tradições teóricas fundadas por Durkheim e Weber na sociologia.

Para Durkheim, há uma essência transcendental, exterior ao indivíduo e que o enquadra coercitivamente por meio de normas. Decorrentemente, toda ação social é moldada pelo sistema de representações que antecede e é exterior ao indivíduo. A ordem pressupõe a adaptação do ator ao sistema social, uma vez que o agente individual é concebido apenas como um resíduo do elemento coletivo (ORTIZ, 1983, p.10).

Em contrapartida, a sociologia compreensiva de Weber, define os fenômenos sociais a partir da orientação da ação individual, fundamentalmente do ponto de vista do sentido a ela atribuído pelo próprio ator.

Já no pensamento de Bourdieu, é possível encontrar uma síntese que analiticamente aponta à superação dessa dicotomia como antagonismo teórico.

Muito embora [a] sua abordagem se aproxime, algumas vezes, da sociologia dos atores de Weber ou das teorias sociológicas mais recentes como o interacionalismo simbólico, delas se diferencia na medida em que, ao reintroduzir o agente social negligenciado pelo objetivismo, não reproduz simplesmente os argumentos desenvolvidos pela escola fenomenológica, mas vai além deles, no sentido de sua superação. (ORTIZ, 1983, p.12)

Alem de representar uma superação dessa dicotomia, a obra de Bourdieu questiona outras igualmente presentes como tensões teórico metodológicas que habitaram a teoria sociológica desde suas origens: subjetivismo-objetivismo, simbólico-material, teoria-empíria, holismo-individualismo. Esse esforço respondeu à necessidade de compreender as conexões entre agente e estrutura desde um ponto de vista relacional, o que é conhecido como *estruturalismo genético* ou *construtivista* (BONNEWITZ, 2003, p.8).

Mesmo que a estrutura seja considerada como elemento

determinante, a ação aparece, em Bourdieu, como elemento sustancial da relação entre agente e estrutura, incorporando as representações dos agentes sobre a realidade. Bourdieu retoma do estruturalismo a importância da estrutura para a compreensão dos fenômenos sociais, questão que pode ser observada no caráter determinante que o autor lhe atribui à classe como determinante da ação social, porém, vai se mostrar crítico com as perspectivas reducionistas a respeito disso. Sua proposta de análise torna as práticas sociais e as estratégias dos agentes em *locus* onde convergirão a estrutura e agente, o material e o simbólico, o individual e o coletivo. O que Bourdieu denomina conhecimento praxiológico exprime sinteticamente essa perspectiva, de acordo ao apresentado pelo próprio autor.

Tem como objeto não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (...)” (BOURDIEU, 1972, apud ORTIZ, p. 46.)

Consequentemente, o foco de análise não vai ser a estrutura nem as representações sociais, nem o indivíduo, e sim os espaços e campos sociais, através de uma perspectiva que, sem abandonar a relevância explicativa das posições sociais (de classe por exemplo) vai reposicioná-las num novo patamar analítico.

Assim, para Bourdieu, a sociedade pode ser entendida como um espaço composto por várias dimensões, sendo esse espaço constituído a partir de princípios de diferenciação. Nele, os agentes ou grupos de agentes, são definidos por suas posições ocupadas nesse espaço. A posição de cada agente é definida em função das posições de outros agentes, do volume de capital em jogo e da composição deste (BOURDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p.52).

No pensamento de Bourdieu, os campos surgem como efeito da divisão social do trabalho:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua

situação (situs) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (...) (BOURDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p. 60)

Em todo campo existem agentes, cada um dos quais possui determinado capital. Esses agentes experimentam lutas permanentemente, sendo a principal, aquela que tem por objeto exercer a dominação em determinado campo. O principal objeto de disputas no interior de qualquer campo é o próprio capital, o qual se torna tanto um meio como um fim. Nas estratégias dos agentes, devido a isso, é possível afirmar que a observação da estrutura de qualquer campo, num determinado momento de sua trajetória, permitirá observar a relação de forças entre seus agentes (BONNEWITZ, 2003, p.61).

Nessa perspectiva, os campos não devem ser considerados como elementos autônomos (embora possuam altos níveis de autonomia em virtude da sua história e dos tipos de capitais desenvolvidos) e sim como espaços que se articulam e se desenvolvem através de relações dialéticas com a estrutura social. Assim, a posição dos agentes sociais em um determinado campo, depende da posição que eles ocupam na estrutura social.

De acordo com os elementos até agora assinalados, pode-se concluir que o conceito de campo social remete, não a um fragmento da realidade, e sim a uma construção analítica por meio da qual é possível designar um conjunto específico e sistemático de relações sociais. García Inda (2001, p.16) apresenta os principais elementos que compõem a definição de campo na obra de Pierre Bourdieu, o que permite constatar o longo alcance dessa noção em termos analíticos:

- A situação do agente e sua trajetória social podem ser entendidas como a serie de posições sucessivas do agente em um determinado campo.

- A lógica de campo é determinada pelos tipos específico de capital na medida em que o capital vai se converter em peça chave para a determinação das fronteiras do campo e simultaneamente, em objeto e arma de luta nas disputas pelo controle do campo.

- Todo campo é um mercado onde se produz e negocia um capital específico. A produção e distribuição do capital nesse campo são desiguais, num contexto onde ocorrem permanentemente lutas pela obtenção do monopólio do capital.

- Cada campo é resultado de um processo histórico de diferenciação, de acordo aos tipos particulares de legitimidade ou de poder. Isso daria a cada campo níveis de autonomia relativa em relação dos outros campos. A autonomia existe, mas considerando que é relativa em função da relação com outros campos com os que mantem vínculos, que finalmente são os que vão determinar o valor específico dos seus produtos. Contudo, o problema da delimitação dos campos se resolve dentro do próprio campo:

Un doble proceso de diferenciación axiomática y de división del trabajo social segun el cual la configuración de un cuerpo de agentes especialistas legitimados para operar con un determinado capital viene dado por la especificación de ese mismo capital como objeto de competencia entre los agentes interesados. (GARCIA INDA, 2001, p.19)

Há um campo de poder com o qual os diversos campos mantêm relação. Esse campo não é como os outros, já que:

Se trata por lo tanto de aquel campo donde se enfrentan los detentores de diferentes poderes o especies de capital que luchan por imponer el "principio de dominación" o el "principio legítimo de dominación" intentando hacer valer su capital (su poder) como el capital dominante en el conjunto de los campos sociales. (GARCIA INDA, 2001, p.20)

Existe uma adesão, uma crença, uma ilusão a respeito do jogo em cada campo. Há um poder motivador para participar do jogo. O conjunto de agentes deve estar motivado para participar da luta, envolvendo tanto os dominados quanto os dominantes. No interior do campo, as estratégias dos agentes respondem sempre a algum tipo de interesse, não existindo, nesse sentido, ações fortuitas.

Como foi dito nas páginas anteriores, Bourdieu (2001, p. 131) pensa a sociedade dividida em campos, sendo que neles se dá uma luta pelo domínio de determinado capital. Este é definido pelo autor como: "(...) trabalho acumulado, bien en forma de materia, bien en forma interiorizada o "incorporada" (...) el capital es una fuerza inherente a las estructuras objetivas y subjetivas; pero es al mismo tiempo (...) un principio fundamental de las regularidades internas del mundo social."

Há uma relação intrínseca entre estrutura social, campos e

capitais, sendo que a estrutura da distribuição dos capitais em um determinado momento histórico corresponde à estrutura imanente do mundo social, é dizer, à totalidade das forças inerentes a ele, as que determinam o funcionamento duradouro da realidade social e lhe conferem sentido a determinadas práticas (BOURDIEU, 2001, p. 132.).

Bourdieu distingue quatro tipos de capital: o econômico, cultural, social e o simbólico. O capital econômico é formado pelos fatores de produção e pelo conjunto de bens econômicos, e se materializa no dinheiro e nos direitos de propriedade.

Já o capital cultural compreende o conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Pode apresentar-se sob três formas ou estados: incorporado (disposições duradouras), objetivado (sob a forma de bens culturais) e institucionalizado. Este último, constitui uma forma de legitimar o capital institucionalizado e se materializa sob a forma de títulos acadêmicos, e de outras certificações de competências culturais: "A través del título escolar o académico se confiere reconocimiento institucional al capital cultural poseído por una persona determinada" (BOURDIEU, 2001, p. 147.)

O capital econômico e o cultural, são as duas formas de capital que na perspectiva de Bourdieu resultam decisivos como fontes de diferenciação social.

É possível, também, observar diferenças na distribuição do capital segundo seu volume, no sentido de os agentes possuírem maior ou menor quantidade de determinado capital. Por outro lado, diferenças podem obedecer à composição do capital, já que o peso relativo dos diferentes tipos de capital pode variar entre os grupos sociais. Para determinado grupo de agentes, o capital econômico será decisivo, em quanto que para outros agentes, outro tipo de capital poderão ser a fonte de diferenciação. Assim, por exemplo, para um empresário o capital econômico é relevante, em quanto que para um intelectual o que determina sua posição é o capital cultural. Dessa forma, o empresário e o intelectual opõem-se, em função dos diferentes tipos de capital acumulado e do peso de cada um deles na produção das diferenciações em um determinado campo.

Com relação ao capital social, Bourdieu coloca ênfase sob o conjunto de relações sociais de um indivíduo ou grupo, sendo que o capital social,

(...) está constituido por la totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la

posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuo. Expresado de otra forma, se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertenencia a un grupo. (GARCIA INDA, 2001, p. 148).

Por fim, o capital simbólico, é constituído pelo conjunto de rituais associados à honra e ao reconhecimento (BONNEWITZ, 2003, p.54). O capital simbólico é tanto reconhecimento quanto desconhecimento e pressupõe a intervenção de um *habitus*. (BOURDIEU, 2001, p. 136.).

Deve-se destacar que, no esquema analítico de Bourdieu todas as formas de capital contém tanto elementos materiais como simbólicos, na medida em que ambos representam dimensões inseparáveis da realidade social.

O volume de capital possuído depende da existência de uma rede de conexões mobilizada, bem como do volume de capital possuído pelos agentes nesse contexto. A existência da rede de relações não é naturalmente dada e não é definitiva, e sim é produto do esforço continuado de institucionalização:

Expresado de otra forma, la red de relaciones es el producto de estrategias individuales o colectivas de inversión, consciente o inconscientemente dirigidas a establecer y mantener relaciones que prometan, más tarde o más temprano, un provecho inmediato. (GARCIA INDA, 2001, p.151)

### **1.2.2- As particularidades do campo científico.**

Conforme anteriormente mencionado, o campo consiste em um espaço onde se desenvolvem lutas entre os agentes que o integram, em função de interesses específicos. Os agentes atuam em campos socialmente predeterminados, isto é, em campos cuja existência precede à dos agentes e não depende deles.

Ao mesmo tempo, todo campo constitui um espaço de relações de poder, como resultado da distribuição desigual de capitais, gerando desigualdades que determinam a existência de dominantes e dominados, em função da quantidade de capital que possuam.

A principal fonte de poder no campo científico decorre das lutas dos mecanismos de legitimação da ciência. As posições dominantes serão preenchidas por aqueles que consigam impor uma definição de

ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem (BOURDIEU, 1976, p. 88-104 apud ORTIZ, p. 129).

A divisão entre dominantes e dominados vai-se exprimir na divisão entre ortodoxia e heterodoxia, na medida em que as práticas da ortodoxia tenderam a preservar o capital acumulado, em quanto que as práticas heterodoxas estarão voltadas para desacreditar os agentes que possuem o capital legitimado nesse campo. Os agentes alinhados com as posições ortodoxas, desenvolveram estratégias a favor da conservação do capital.

Ambas as práticas, ortodoxias e heterodoxas, são necessárias ao funcionamento do campo ao estabelecerem os parâmetros das disputas, mantendo dessa forma, as condições para o próprio desenvolvimento das lutas baseadas na concorrência entre os participantes.

Dáí a importância de estudar o sistema de relações sociais existente no interior do campo, o que inclui as relações entre os agentes que detêm o monopólio de capital, e aqueles que lutam pela sua obtenção. No campo científico, o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica.

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1976, p. 88-104 apud ORTIZ, p. 122)

Cabe salientar que as práticas científicas não são desinteressadas -ao contrario da imagem de pureza e neutralidade que é construída entorno da ciência-, ao contrario, estão imbuídas de lutas entorno a interesses dos seus agentes. As práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade), sendo que o interesse por uma atividade científica é também o interesse pela aquisição da autoridade. Por sua vez, a autoridade científica, entendida como uma espécie particular de capital, pode ser acumulada, transmitida

e, ainda, até mesmo, reconvertido em outras espécies de capital (BOURDIEU, 1976, p. 88-104 apud ORTIZ, p. 130).

A forma que reveste a luta científica é política, lembrando que para Bourdieu são inseparáveis. O campo científico é sempre um espaço de lutas mais o menos desiguais, entre agentes desigualmente dotados de capital específico. Não existe homogeneidade, e sim uma divisão entre dominantes e dominados.

### **1.2.3- O campo profissional do Serviço Social.**

Qualquer tentativa de análise do Serviço Social como campo e a relação deste com o campo mais abrangente das ciências sociais, representa uma tarefa complexa e desafiadora, por varias razões. Uma delas, decorreria do estatuto não uniforme dessa profissão no mundo contemporâneo, tendo em vista que coexistem diversas formas de existência do Serviço Social no mundo, em sua relação com o campo científico. Nesse sentido, é possível observar a existência de um amplo leque de situações que vão desde posições de absoluta exterioridade com relação ao campo científico (representadas pelas contextos onde a profissão assume um perfil tecnológico e de forte subordinação aos campos profissionais e institucionais) até aquelas em que o Serviço Social alcançou um alto grau de inserção legítima com área de conhecimento no campo das ciências humanas e sociais.

Conforme anteriormente mencionado, o que está em jogo em todo campo científico é a concorrência pela domínio do capital nesse campo, ou seja, pelo monopólio da autoridade científica. A posição do Serviço Social no campo das ciências sociais estaria fortemente determinada pelo capital que (não) detêm: na medida em que não se autodefine como uma ciência e sim como uma profissão, a inserção do Serviço Social em qualquer campo científico será invariavelmente problemática.

Em outras palavras, a razão de ser do Serviço Social não é a produção de conhecimento científico e sim, o desenvolvimento de formas de intervenção em diferentes aspectos da realidade social. Não possui, por tanto, um ponto de vista específico e próprio sobre a realidade social que justifique *a-priori*, sua existência como disciplina científica. Essa condição cria barreiras que tendem a dificultar a inserção do Serviço Social no campo das ciências sociais, como resultado de uma relação histórica da profissão com esse campo, caracterizada pelo escasso volume de capital científico e de outros tipos de capital envolvidos no campo científico.



Desse ponto de vista, consideramos relevante a análise de Grassi (1994) sobre o papel da pesquisa científica no campo do Serviço Social. Grassi utiliza a noção de campo de Bourdieu definido como um espaço social de relações objetivas dos agentes que a compõem (BOURDIEU, 1989 apud GRASSI, 1994, p.43).

Nesse sentido, a autora considera que o desenvolvimento da pesquisa no campo do Serviço Social seria uma condição necessária à construção da autonomia da profissão no campo científico. Destaca, em particular, que a frequente dicotomia entre teoria e prática, representa um impedimento para a constituição do Serviço Social em um campo autônomo de produção de conhecimento científico.

Identifica, no Movimento da Reconceitualização, a emergência de condições que favoreceram sua aproximação às ciências sociais, porém, ainda reproduzindo a dicotomia entre produção e aplicação de conhecimento:

(...) aún en condiciones potencialmente más productivas, la concepción dicotómica de la realidad (a nivel del pensamiento) y la "división del trabajo" como manifestación, condicionaron este acercamiento, a pesar de que en ambos casos la crítica social y la crítica del rol fueron rasgos definitorios" (GRASSI, 1994, p.48).

Para Grassi (1994), o objeto do Serviço Social é primordialmente, objeto de intervenção, no sentido da prática estar configurada para produzir transformações nas situações problemáticas para as quais é convocado para intervir. Essa seria, segundo a autora, a especificidade a partir da qual o Serviço Social define os contornos do seu campo de ação profissional.

Em virtude dessa especificidade, qualquer tentativa orientada a impulsionar a pesquisa científica e o papel do assistente social como do pesquisador vai se apresentar como altamente problemática.

Nessa mesma direção, Danani (2006) discute o problema da autonomia do Serviço Social a partir do conceito de campo de Bourdieu, e analisa as insuficiências da politização da profissão no contexto latinoamericano como meio para a conquista da autonomia.

A referida autora concorda com Bourdieu quando este afirma que "(...) la politización de una disciplina no es el indicio de una gran autonomía." (BOURDIEU apud DANANI, 2006, p.190). Para Danani, da mesma forma que para Grassi, a construção da autonomia vai depender do papel atribuído à pesquisa científica e à relação com as

ciências sociais no processo de constituição do próprio campo profissional.

Porem, o lugar atribuído à pesquisa será objeto de controvérsias a partir do Movimento da Reconceituação do Serviço Social. Nesse período, a uniformidade do campo profissional experimenta alterações como resultado da consolidação de duas grandes vertentes que se posicionam de forma antagônica: a vertente desenvolvimentista e a vertente reconceituadora. Esta última politizou progressivamente a orientação da profissão, principalmente no que diz respeito ao seu objeto. Danani problematiza os resultados desse processo do ponto de vista de sua influência sobre as possibilidades de construção de um espaço para a produção de conhecimento científico:

(...) al concebir el objeto como de naturaleza constitutivamente política, se enfrenta el *posible* riesgo de reducir el objeto de conocimiento al *objeto real* (aquel que constituye el campo político y el campo del poder); es decir, de *identificar inmediatamente* el objeto del campo disciplinario (y sus leyes, capital, etc., como dije antes) con el del mundo social, como si éste fuera un *objeto verdadero*, sin mediaciones, dado, con existencia de sí mismo. Se abre entonces una franja de explícita indeterminación, un espacio no resuelto y en el cual se construye y deconstruye la autonomía disciplinaria y/o profesional (...) (DANANI, 2006, p.193)

A politização não é em si mesma o caminho para o desenvolvimento de um *habitus* científico no Serviço Social. Na óptica de Danani, a politização produz uma identidade epistemológica entre objeto real e objeto de conhecimento, transferindo as regras e os procedimentos do campo político para os processos de produção de saber sobre esse mesmo objeto:

La posibilidad de construir autonomía, entonces, consiste en conquistar el objeto, vale decir, en delimitar aquella parte del mismo que es propia y fundadora del campo (del campo científico en general y de *cada campo/disciplina*), y que se convierte en vehículo y lenguaje de una manera de representar (de volver a presentar) la totalidad: una disciplina presenta una nueva totalidad, reinterpretada, reconstruida en torno a ese, *su*

aspecto específico. (DANANI, 2006, p.193):

Tanto a matriz desenvolvimentista como aquela forjada pelo Movimento Reconceituador, acabaram-se tendo expressões opostas no que diz respeito à constituição de *habitus* profissionais e consequentemente, às possibilidades de desenvolvimento do capital científico.

#### **1.2.4- *Habitus*, identidade profissional e campo científico**

A problemática da identidade social remete às relações entre indivíduo e sociedade. Mitjavila (1994, p. 69) afirma que a construção da identidade social pode ser concebida como um espaço analítico acerca das formas (estruturas e processos) por meio das quais se objetivam socialmente as predicções e tipificações (auto e hétéro referenciadas) dos indivíduos. Elas podem ser entendidas como produto das relações entre posições sociais e mundo subjetivo, isto é, como consequência da exterioridade que se impõe ao sujeito e da interioridade que se orienta à reprodução, questionamento ou transformação da realidade social.

A identidade aparece como produto social e como um elemento chave da realidade subjetiva, numa relação dialética com a realidade, sendo que as relações sociais definem a construção, fortalecimento ou mudança da identidade social. Em um enfoque relacional da realidade, Mitjavila retoma a proposição de Bourdieu que afirma tanto a realidade da representação quanto a representação da realidade, mostrando que toda categorização da identidade é um produto objetivo e ao mesmo tempo um elemento chave na construção social da realidade (MITJAVILA, 1994, p.70).

Ao examinar as identidades sociais em geral, e as identidades profissionais em particular, o foco analítico não é nem o indivíduo nem as estruturas em si mesmas, e sim, a relação entre indivíduo e sociedade. A identidade social não é fruto de uma escolha, mas, o resultado de uma construção social (MITJAVILA, 1994, p.71).

A problemática da identidade pode ser relevante para compreender processos como os experimentados pelo Serviço Social uruguaio ao se inserir no campo das ciências sociais. Poder-se-ia levantar a hipótese de que a partir do momento em que o Serviço Social uruguaio passa a conviver institucionalmente com algumas ciências sociais (economia, sociologia, ciência política, demografia), suas bases identitárias e o *habitus* profissional são fortemente interpelados, do

ponto de vista da possibilidade de desenvolvimento de uma matriz identitária e de um tipo de *habitus* compatível com o *ethos* científico próprio desse campo.

Sob essas condições, o conceito de *habitus* permitiria tornar mais inteligíveis as estratégias dos agentes diante dos novos desafios que acarreta a inserção da profissão no campo das ciências sociais. Isso seria possível porque o *habitus* opera como um

sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente desse fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.15)

As disposições são atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência, e funcionam como princípios inconscientes de ação, da percepção e da reflexão (BONNEWITZ, 2003, p. 77). Os *habitus* tendem a reproduzir as estruturas objetivas das que são produto, determinadas pela antecipação implícita das suas consequências. Não há uma intenção estratégica dos agentes para a consecução das ações, sendo que os *habitus* precedem a ação:

Cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é consciente; as ações encerram, pois, uma 'intenção objetiva', como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes. (BOURDIEU, 1972, apud ORTIZ, 1983, p.15)

Portanto, o *habitus* deve ser compreendido, ao mesmo tempo, como motor e resultado da ação social. Consiste, em uma orientação ou propensão que contém disposições adquiridas socialmente. O *habitus* é um produto social, não é inato nem natural, é adquirido. Dessa forma, o *habitus* pode ser concebido como uma especie de operador de calculo

inconsciente que orienta os agentes no espaço social, tornando desnecessária a reflexão como estado permanente na prática social (ACCARO 1991, p.132 apud GARCIA INDA, 2001, p.26.).

O *habitus* pode igualmente ser concebido como um sistema de competências sociais que implica de um lado uma capacidade prática da ação, e por outro, um reconhecimento social para exercê-la. (GARCIA INDA, 2001, p.27.)

Todo *habitus* pressupõe a existência de normas e valores interiorizados que se organizam por meio de esquemas de percepção que precedem a ação. Bourdieu utiliza a noção de *habitus* para referir-se a sistemas de disposições que operam tanto no nível do indivíduo como do grupo social (ORTIZ, 1983, p.17). Nessa linha, Bourdieu destaca a família como a primeira transmissora dos *habitus*, secundada pela instituição educacional que estrutura práticas ulteriores. Na formação dos quadros de uma profissão, participam diferentes *habitus* e instituições educativas, na medida em que estas ultimas desempenham um papel fundamental na formação dos *habitus* profissionais.

Para Bourdieu, as praticas sociais são produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. O *habitus* integra as experiências passadas e funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. Torna possível a realização de tarefas diferenciadas pela associação de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma.

(...) só podemos, portanto, explicar essas práticas se colocarmos em relação a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus* (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício desse *habitus*, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura. (BOURDIEU, 1972 apud ORTIZ, 1983, p.76).

O *habitus* é um elemento tanto instituído como instituinte da realidade social, ou seja, é produto da história, mas também produz história, dado que cria práticas individuais e coletivas em conformidade com os esquemas gerados historicamente. O *habitus* possui um passado e presente e organiza as trajetórias dos agentes que devem fazer escolhas mas não de forma totalmente livre, e sim, determinadas pelo *habitus* incorporado em sua trajetória.

Por outro lado, o *habitus* desempenha um papel relevante na constituição e reprodução dos campos sociais, na medida que seus

agentes compartilham, ou não, o mesmo *habitus*. As representações e estratégias dos agentes podem variar de acordo com sua posição no campo, e com o tipo de *habitus* que o caracteriza (BOURDIEU apud BONNEWITZ, 2003, p78).

Enquanto tais, os *habitus* são elementos relativamente estáveis da realidade social o que não significa que sejam imutáveis. Ao contrário, cada *habitus* se constitui a partir de um conjunto de condições objetivas, produto da história, porém, uma mudança nas circunstâncias objetivas certamente acarretará transformações no próprio *habitus*, de forma que este possa se adaptar às novas circunstâncias (BONNEWITZ, 2003, p. 88).

Porém, o caráter inercial do *habitus*, pode representar um desafio, toda vez que se percebe a inadequação do antigo *habitus* diante da emergência de um nova realidade social ou de condições objetivas opostas a aqueles que geraram o *habitus*.

Com relação ao objeto de estudo da presente pesquisa, perguntamo-nos acerca da relação entre o *habitus* profissional do Serviço Social e as novas circunstâncias impostas pelo processo de inserção no campo das ciências sociais. Nesse sentido, pode-se conjecturar o caráter problemático dessa relação, uma vez que o *habitus* do Serviço Social proporcionaria um sistema de disposições que entraria em conflito com o tipo de capital que é objeto de disputa no campo científico. À guisa de ilustração, certas disposições e esquemas de percepção que historicamente fazem parte do *habitus* do Serviço Social, tais como a identidade entre objeto real e objeto de conhecimento a que se referia Danani, e o predomínio de uma cultura profissional que se apoia na comunicação oral em detrimento da produção escrita, entre outros, poderiam funcionar como elementos preditores de desvantagens consideráveis, nas lutas dos seus agentes para garantir posições sociais no interior desse campo e, consequentemente, para conquistar a autonomia do Serviço Social enquanto disciplina científica.

Em suma, nas páginas precedentes tentamos caracterizar as contribuições da obra de Pierre Bourdieu para examinar as relações do Serviço Social com o campo das ciências sociais. Até aqui, pode-se concluir que a própria noção de campo, bem como os conceitos de capital e de *habitus*, proporcionam uma perspectiva que põe em evidência o papel das relações de poder na construção de autonomia e das posições sociais que cada disciplina ocupa no interior do campo científico.

A perspectiva relacional que caracteriza o arcabouço conceitual

de Bourdieu, permite observar em toda sua complexidade, as relações do Serviço Social com o campo das ciências sociais. Parte dessa complexidade decorre do fato de o Serviço Social ser, em si mesmo, um campo no qual convivem *habitus* relativamente dissimiles e, ainda, antagônicos. Como veremos mais adiante, o caráter não uniforme dos posicionamentos dos agentes profissionais perante a inserção do Serviço Social no âmbito das ciências sociais, revela essa complexidade, convertendo-se em uma variável explicativa do intrincado percurso experimentado pela profissão nesse campo.





## **CAPÍTULO 2**

### **O SERVIÇO SOCIAL URUGUAIO E AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DO SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA DÉCADA DOS ANOS NOVENTA**

No presente capítulo apresenta-se a análise do Serviço Social uruguaio como área de conhecimento e profissão do ponto de vista das condições institucionais da sua inserção no âmbito das ciências sociais. Para tanto, torna-se necessário resgatar alguns aspectos da trajetória histórica da profissão, a partir dos resultados de pesquisas anteriores. Esta recuperação vai considerar a trajetória da profissão, destacando as principais traços no seu processo de institucionalização.

A primeira parte do capítulo descreve a trajetória geral da profissão no país e a segunda parte é dedicada à discussão do papel da Escola Universitária de Serviço Social – EUSS, principal instituição de formação dos quadros profissionais de Serviço Social desde 1957 até o momento em que o curso se insere na Faculdade de Ciências Sociais.

O principal objetivo desse resgate histórico é identificar aspectos institucionais da construção do campo do Serviço Social uruguaio, fundamentalmente do ponto de vista do perfil da profissão no momento em que passa a fazer parte do universo das ciências sociais.

#### **2.1- ELEMENTOS DA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL URUGUAIO ATÉ 1986**

##### **2.1.1- O Serviço Social uruguaio: dos primórdios até o final da década dos anos oitenta**

A institucionalização do Serviço Social como profissão no Uruguai, teria ocorrido nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de um processo que decorre de um conjunto de transformações nas respostas sociopolíticas aos problemas sociais e, nessa esteira, da percepção, nos âmbitos governamentais e estatais de que era necessário contar com um corpo de agentes especializados e institucionalmente legitimados para efetivar essas respostas. De acordo com Ortega (2008), esse processo de institucionalização do Serviço Social teria formado parte dos processo de medicalização da vida social forjados entre 1940 e

1960, período denominado neobatllista<sup>10</sup>.

Trata-se de um período no qual, segundo Ortega, ocorre uma série de transformações significativas para os rumos posteriores da profissão:

Se trata de una profunda reorientación en la gestión de lo social que comprende: a) transformaciones en las respuestas sociopolíticas a los problemas sociales que representan una inflexión en las formas y contenidos del proceso de "higienización" que fuera inaugurado en el pasaje el siglo XIX al siglo XX; b) transformaciones en los modelos etiológicos que organizaron el saber en el campo de la salud; c) cambios en la institucionalidad, con el surgimiento de nuevos espacios organizacionales de atención a la salud, la formación de nuevos agentes sanitarios, bajo un fuerte influjo de organismos internacionales en la consolidación de los modelos de gestión y en el papel de las diferentes categorías profesionales del campo de la salud, entre las cuales se encuentra el Servicio Social. (ORTEGA, 2008, p.17)

A década dos anos quarenta no Uruguai caracteriza-se pela consolidação institucional do processo de instrumentação de políticas sociais, entendidas como centro aglutinador do bem-estar social, constituindo o modelo da saúde pública uma das expressões mais notáveis. Nesse período, cria-se uma rede institucional que compreende um número significativo de serviços no primeiro nível de atenção (centros de saúde), além de estratégias de prevenção e promoção da saúde no contexto da estratégia panamericanista da política dos Estados Unidos para América Latina.

Nesse contexto, em 1937, cria-se a Escola de Serviço Social do Uruguai (ESSU) sobre o patrocínio da União Católica Internacional de Serviço Social e da Escola de Serviço Social Elvira Matte de Cruchagra da Universidade Católica de Chile. As origens da Escola de Serviço Social tem vinculação com as estratégias de ação da Igreja Católica a nível internacional, desde a criação de 1925 da União Católica

---

10 Período compreendido entre os anos 1946 e 1958, destacado principalmente pelo governo do presidente Luis Batlle Berres, a partir de 1947. Segundo Ortega (2008, p.18) o processo esteve marcado pela instalação de um modelo de substituição de importações e pela instauração de uma colegiado como forma de organização do Poder Executivo, entre outros fatores.

Internacional de Serviço Social, a qual contava com duas seções: o grupo de Escolas de Serviço Social e as associações de Auxiliares Sociais, que tinham o objetivo de dar a conhecer a concepção católica do Serviço Social no mundo e garantir o seu progresso (ORTEGA, 2008, p. 61).

Como resultado da renovação e ampliação das bases conceituais e metodológicas da profissão, essa Escola formula em 1953 uma nova matriz curricular que se materializa na mudança de titulação para os que concluíam o curso, substituindo o até então título de Visitadora Social pelo diploma de Assistente Social. Essa mudança afeta também a duração do curso que passa de três para quatro anos de formação.

De forma paralela, em 1939 é criado o curso da Escola de Saúde e Serviço Social do Ministério da Saúde, que tinha o propósito de formar visitadoras sanitárias. O curso tinha uma duração de dois anos e o currículo incluía disciplinas como Anatomia e Fisiologia, Patologia geral, Patologia médica, Higiene geral, Nutrição, Economia doméstica, Bacteriologia, Higiene social, Higiene escolar, Higiene industrial, Puericultura, Doenças transmissíveis, entre outras (BRALICH apud ORTEGA, 2011, p. 166), em fim, proporcionava uma formação que habilitava aos diplomados para sua atuação como agentes paramédicos da área da saúde.

Em 1954 é criada a Escola de Serviço Social no âmbito do Ministério de Saúde Pública com o apoio e cooperação da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse novo curso de Serviço Social tinha uma duração de três anos e compreendia disciplinas teóricas e práticas da área da saúde, além de disciplinas específicas do Serviço Social no último semestre. Para finalizar os cursos devia-se aprovar um trabalho monográfico de conclusão de curso.

Posteriormente, em 1957, inaugura-se a Escola Universitária de Serviço Social - EUSS do âmbito da Universidade da República. Desde a sua criação e até 1991, a EUSS não fazia parte de nenhuma Faculdade, dependendo do Conselho Diretivo Central. Merece destaque esse tipo de inserção institucional, na medida em que vai condicionar um percurso acadêmico muito afastado das ciências sociais no Uruguai<sup>11</sup>.

A proposta de criação da EUSS foi elaborada por um Comitê nomeado em 1954. A criação da lei de assistência social foi utilizada

---

11 Esse isolamento do curso de Serviço Social era interrompido em momentos esporádicos pela participação dos estudantes, junto a estudantes de outros cursos (Medicina, Agronomia, etc.) em programas e atividades de extensão universitária.

como justificativa para a criação da Escola, na medida em que essa lei constituiria um marco na definição da assistência social como direito (ACOSTA, 2005, p.240). O Comitê entendeu que permanecia, ainda, o desafio de fazer com que uma parte da população que não conseguia exercer os direitos consagrados nessa legislação, pudesse usufruir dos benefícios sociais. Aparece então, a ideia de que seria tarefa dos assistentes sociais garantir o acesso aos mesmos.

A Sra. Judith Dellepiane de Rama<sup>12</sup> assume o cargo de diretora entre os anos 1957 e 1960, em forma provisória. Em 1959 foi aprovado o primeiro currículo da EUSS. Posteriormente exerceram o cargo do diretor da Escola o Dr. Dionisio Garmendia, advogado e sociólogo, e o Prof. Spencer Diaz<sup>13</sup>, até 1965.

No primeiro currículo do curso da EUSS, destaca-se, segundo Montañó (1994), uma formação voltada para um perfil do assistente social que exaltava a eficácia das respostas às demandas institucionais de ação profissional. Em termos gerais, as disciplinas não específicas da área de Serviço Social receberam uma maior carga horária que as da própria área. A estrutura curricular estava organizada a partir dos métodos de caso, grupo e comunidade, colocando a ênfase nos instrumentos profissionais.

No período de 1965 a 1969, assumiu a direção da EUSS, Enrique Di Carlo, professor universitário formado em filosofia, mas com clara vinculação com o Serviço Social.<sup>14</sup> A gestão de Di Carlo foi questionada por professores e estudantes da Escola. Basicamente as críticas estavam

12 Esposa e colaboradora do Historiador e Sociólogo uruguaio Carlos Manuel Rama (1921 – 1982). Ver: [http://www.um.edu.uy/\\_upload/\\_descarga/web\\_descarga\\_218\\_CEAMANO\\_S\\_Los\\_estudios\\_en\\_el\\_extranjero\\_como\\_experiencia\\_formativa\\_la\\_experiencia\\_de\\_Carlos\\_Rama.pdf](http://www.um.edu.uy/_upload/_descarga/web_descarga_218_CEAMANO_S_Los_estudios_en_el_extranjero_como_experiencia_formativa_la_experiencia_de_Carlos_Rama.pdf)

13 Professor de Filosofia da Universidade da República, Uruguai.

14 Formado em Filosofia, professor universitário da Universidade da República Uruguai e da Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional del Centro, Universidad Nacional de Mar del Plata. Diretor da Escola Uruguiaia de Serviço Social entre os anos 1965 e 1969. Publicou uma série de obras com temáticas tais como o Serviço Social com grupos, pedagogia, metodologia, pesquisa. A perspectiva teórica desenvolvida por Di Carlo foi chamada comunicação racional - ação deliberativa. Segundo Maria Cristina Melano, em comunicação de Setembro de 2008 pela morte de Di Carlo, afirma que o professor conseguiu captar a riqueza dos clássicos do Serviço Social: Mary Richmond, Hellen Perlman, Gordon Hamilton, reativando o interesse pelos seus aportes. Ver: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000311.pdf>

dirigidas ao tamanho desproporcionado do grupo de pesquisa encabeçado pelo próprio Di Carlo, e os recursos destinados para o grupo. Também, foi criticado pelo escasso número de formados no período de gestão e a falta de atenção das atividades grupais. As denúncias chegaram até as autoridades universitárias, o que levou a que a direção da Escola ficasse a responsabilidade de um triunvirato composto pelo arquiteto Hugo Banacchini, o Engenheiro agrimensor Luis de Leon e o estudante Pablo Inthamoussu, entre julho de 1969 e abril de 1971.

Chamamos a atenção para esse momento institucional da Escola: em plena década de 1970, no âmbito de uma universidade pública, o Serviço Social não tinha alcançado um nível de autonomia suficiente como para que a formação dos profissionais fosse conduzida por representantes da própria profissão.

Em 1967 surge uma nova proposta elaborada pelo Centro de Estudantes Universitários de Serviço Social. Nessa proposta, considera-se que o Serviço Social é uma disciplina independente, prática e orientada à ação educativa, de organização e planejamento, que procura “elevar al individuo a la plenitud de sus posibilidades, afirmándolo así como individuo y formando una auténtica conciencia social” , bem como, “la superación del status econômico: elevación moral, cultural y material dos individuos.” (MONTAÑO, 1994, p.59).

Nesse contexto, define-se o Serviço Social como uma atividade transformadora em dois níveis: a) em nível nacional, colaborando no planejamento e na promoção da tomada de consciência sobre os “erros” da ordem social vigente; e b) promovendo a integração social dos indivíduos, grupos e comunidades. Com relação ao estágio continuava-se trabalhando com a clássica distinção caso, grupo e comunidade. A respeito desse currículo, Montañó chega às seguintes conclusões:

El Plan incorpora postulados reconceptualizadores: categorías marxistas de análisis, se le imprime a la acción profesional un aspecto promotor (educación, organización), siendo ésta más racional y científica (planificación e investigación). Asimismo integra elementos desarrollistas propios de la época, pero no consigue superar varios aspectos de las matrices tradicionales. (MONTAÑO, 1994, p.62)

Em 1972, constituindo um fato inédito, um representante da área do Serviço Social é eleito diretor da EUSS. Trata-se de Enrique Iglesias,

que segundo Acosta (2005, p.243) exercerá uma grande influência na formulação dos currículos tanto no período anterior como no período pós-ditatorial, da mesma forma que teve um desempenho destacado nas negociações que culminaram com a inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais, conforme foi possível constatar por meio das entrevistas realizadas a informantes no âmbito da presente pesquisa.

Em julho de 1973, o golpe de Estado inaugura a Ditadura Militar que governará o país até 1984. Nesse contexto, a EUSS é interdita pelo regime e a direção fica em mãos de um advogado nomeado pelo governo. Os professores não foram demitidos pelas novas autoridades ditatoriais e tanto o ex-diretor Enrique Iglesias como os membros da ex-Comissão continuaram trabalhando como docentes. Em 1976, diante da negativa de um grupo de professores de assinar um documento imposto pelo regime, houve demissões, entre eles o próprio Enrique Iglesias. Cabe destacar que uma parte significativa desses professores, incluindo o professor Iglesias foi imediatamente contratado pela Escola de Serviço Social de Uruguai - ESSU, instituição que alguns anos mais tarde será absorvida pela Universidade Católica.

Após um período de inatividade imposta pela ditadura, a EUSS é reaberta em 1977. Nesse momento o currículo do curso foi elaborado pelos interventores com o auxílio de um novo corpo de professores que ingressaram sem concurso, por meio de contratações diretas. O perfil do assistente social que esse novo currículo impulsionou, promovia formas de intervenção profissional voltadas para a reprodução da ordem institucional e social, através de processos de adaptação dos indivíduos ao meio. O indivíduo e a família aparecem como os principais motores da sociedade, e a filantropia como princípio organizador das bases da profissão. Devido à sua orientação moralizadora e individualizadora dos problemas sociais, essa proposta curricular representou um retrocesso com relação ao tipo de formação impulsionada pelo currículo de 1967. (MONTAÑO, 1994)

Nesse mesmo período, ocorrem alguns movimentos na direção de recuperar as bases corporativas da profissão, e assim, em 1979, o Centro de Estudantes Universitários de Serviço Social da EUSS lidera a tarefa de refundar o Sindicato de Assistentes Sociais que fora declarado ilegal pela ditadura, em 1973. Finalmente, em 1981, é criada a Associação de Assistentes Sociais de Uruguai (ADASU), organização que representa os interesses da categoria até os dias atuais.

A partir da restauração democrática, e uma vez instaladas as legítimas autoridades universitárias em 1985, a EUSS reintroduz o currículo de 1967 com alguns ajustes. Além da incorporação de algumas

disciplinas, eliminam-se as práticas de caso, grupo e comunidade e criam-se as chamadas “*Oficinas de Teoria e Prática Profissional*”.

O anteriormente demitido Prof. Enrique Iglesias retoma o cargo como diretor da Escola exercendo essa função até 1989. Participaram da sua gestão diversos professores, alguns dos quais terão uma participação destacada no processo de inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais<sup>15</sup>.

Durante o seguinte período de gestão da EUSS (1990-1993)<sup>16</sup> inicia-se o processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais e de inserção da EUUS nessa instituição. Trata-se de um período de transição no qual convivem, no interior da própria EUSS, o curso do Serviço Social preexistente e as atividades do, nesse então, Programa de Desenvolvimento do Serviço Social, criado com vistas a preparar as condições de inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais.

### **2.1.2- *Habitus* e identidades profissionais na EUUS no período pós-Reconceituação**

O Movimento da Reconceituação do Serviço Social manifestou-se no Uruguai através de uma vertente renovadora, como resultado da convergência de diversas correntes de pensamento. Esse Movimento inseriu-se num âmbito profissional caracterizado pelo pluralismo teórico-ideológico e por uma cultura profissional que evidenciava níveis incipientes de autonomia<sup>17</sup> (ACOSTA, 2005). Acosta denomina esse

---

15 Integravam a Comissão Diretiva da EUUS: Guillermo Vázquez Franco, Daysi Solari, Teresa Perzecanski, Javier Marsiglia e Nybia Gerpe, Luis Acosta, Macarena Bottaro, Celia Hecker, Cristina Perez e Gladys Curbelo, e os estudantes Leopoldo Font Rosario Novasco, Graciela Tejera, Fernanda Methol, Carlos Montañó e Sandra Cambiasso.

16 A professora Teresa Porzecanski assume a última gestão da EUSS entre os anos 1990 e 1993 e a Comissão foi integrada pelos professores Jorge Bralich e Jorge Hernandez e os assistentes sociais Gladys Curbello, Luis Acosta e os estudantes Sandra Cambiasso e Leopoldo Font. Sendo criado o Departamento de Trabalho Social, a professora Cristina Rovira assume o cargo de supervisora dos últimos anos do currículo do ano 1987 que vai até o ano 1995, sendo a última turma de estudantes com aquele currículo.

17 Segundo Acosta (2005, p.231) a Reconceituação finalizou em 1971, afirmando que: “O movimento de reconceituação não finalizou por esgotamento da sua capacidade crítica. Sua crise foi uma expressão da “crise do projeto revolucionário latino-americano (...) Ele foi interrompido violentamente pela

processo como *reconceituação tardia* porque, no caso da EUSS, vai se manifestar a partir de 1987, após da retomada do plano curricular do 1967.

Contudo, é preciso advertir que esse caráter tardio da influência do Movimento Reconceituador aplica-se unicamente ao plano institucional da EUSS. Esse autor, não estaria levando em consideração que vários professores uruguaios de Serviço Social não somente aderiram ao movimento, como também foram protagonistas de destaque no contexto latino americano. Alguns destes docentes, foram contratados, como anteriormente mencionado, pela ESSU, para atuarem como professores<sup>18</sup> a partir do momento em que foram demitidos da EUSS. Isso teve por resultado que a ESSU introduziu muito precocemente, as orientações curriculares emanadas do Movimento da Reconceituação, ao ponto de se tornar a orientação pedagógica hegemônica nesse contexto, imprimindo-lhe igual orientação às práticas profissionais de um contingente não desprezível de assistentes sociais formados nessa instituição. Em suma, o caráter tardio da influência do Movimento de Reconceituação corresponde ao âmbito da Escola Universitária de Serviço Social, que embora relevante quanto ao peso da instituição na formação dos quadros profissionais, não envolvia a totalidade do espaço profissional.

Para Acosta (2005, p. 232), a autopercepção predominante entre os assistentes sociais que vivenciaram o processo que ele chama de *reconceituação tardia* teria como principais componentes a ênfase em tornar mais científicas as bases da profissão e a ampliação do capital teórico - cultural por meio da participação das ciências sociais na formação profissional. Essa observação de Acosta foi confirmada através dos depoimentos obtidos nas entrevistas realizadas durante a pesquisa da presente dissertação. Os profissionais entrevistados destacaram a intenção generalizada dos professores da EUSS desse período, principalmente daqueles vinculados às Oficinas de Teoria e Prática Profissional, de fortalecer um perfil profissional caracterizado pela solvência teórica proporcionada pelas ciências sociais, bem como vincular essas ferramentas na intervenção profissional. Essa perspectiva

---

emergência das ditaduras militares dos anos 1970, nos países onde o processo de mobilização político - social estava mais avançado (Chile, Argentina, Uruguai), fazendo parte de uma estratégia contra - revolucionária mais ampla promovida pelos EUA.”

18 Notadamente, estamos nos referindo a professores como Herman Kruse e Teresa Porzecanski.



corresponderia às observações de Acosta (2005) a respeito da preocupação do Serviço Social com os processos interventivos:

Na década dos anos 1960, o Serviço Social inicia um processo de questionamento, parte de um movimento mais amplo, de crítica à ordem burguesa e da inserção subordinada da economia uruguaia nas relações internacionais. Neste quadro, inicia-se um processo constituído por um conjunto de perspectivas de análise da profissão, com foco principalmente nos seus processos interventivos, antes que na natureza sócio-histórica do Serviço Social, mesmo que, em toda discussão sobre os processos interventivos, trabalha-se com uma pré-compreensão da "natureza" da profissão. (ACOSTA, 2005, p.256).

Ainda de acordo com Acosta (2005), esse tipo de orientação que privilegiava a dimensão interventiva, não possuía uma inscrição uniforme em suas bases teórico- metodológicas. Com efeito, o autor, identifica quatro tendências socio-históricas no âmbito acadêmico da profissão: Desenvolvimentista, Comunicação Racional, Sociológica ou Modernizadora e Educação Popular.

A tendência *Desenvolvimentista* estaria vinculada à perspectiva da CEPAL<sup>19</sup>, cuja influência foi notória na profissão na década dos sessenta, bem como da Aliança para o Progresso<sup>20</sup> impulsionada pela Organização dos Estados Americanos. Em função de objetivos de desenvolvimento econômico e social, o assistente social é definido nesse contexto como agente de transformação social, em virtude do seu papel educativo nas mudanças de comportamentos da população que, pretensamente, seriam necessárias a modernização do país.

A segunda perspectiva, *Comunicação racional*, respondia aos

---

19 Comissão Econômica para América Latina y el Caribe, criada em dezembro de 1948 como organismo dependente da Organização das Nações Unidas. Está especializada nas análises das tendências econômicas e sociais dos países latinoamericanos e do Caribe. Possui o método chamado "histórico estrutural", por meio do qual analisa a forma como as instituições e a estrutura produtiva herdadas condicionam a dinâmica econômica dos países em desenvolvimento, criando condições sociais diferentes do que as nações mais desenvolvidas. Fonte: [www.eclac.org](http://www.eclac.org)

20 A *Aliança para o Progresso* foi o pacto entre os Estados Unidos e o continente americano (1964) em donde o primeiro daria ajuda econômica a América do Sul para alcançar os objetivos de desenvolvimento.

trabalhos do professor Enrique Di Carlo, procurava no interacionalismo simbólico os fundamentos teórico metodológicos do Serviço Social e por essa via, tentava recuperar os autores clássicos do Serviço Social tais como Mary Richmond. Essa corrente de pensamento reivindicava o nível microssocial como espaço privilegiado de atuação profissional e considerava que as formas de intervenção voltadas para a mudança social estrutural correspondiam aos partidos políticos e movimentos sociais exclusivamente.

A terceira tendência mencionada seria a que Acosta denomina *Modernizadora ou Sociológica* para referir-se a um tipo de orientação forjado durante o período da ditadura militar. Essa perspectiva, contava com a adesão de um conjunto de profissionais vinculados a consultoras e outras organizações privadas, atuando principalmente na formulação e gestão de projetos sociais, bem como na realização de pesquisas aplicadas sobre diversas temáticas da vida social (Acosta, 2005, p. 258).

No âmbito dessa tendência definia-se a prática profissional como atividade focada nas áreas de planejamento, elaboração, execução e avaliação de projetos sociais. Na opinião de Acosta (2005, p.258), no final dos anos setenta, a perspectiva modernizadora era majoritariamente considerada a mais dinâmica e criativa de todas.

Do ponto de vista da base social dessa tendência, interessa assinalar que seus representantes eram majoritariamente ex-professores e ex-alunos da EUSS que foram obrigados a deslocar-se para os centros de pesquisa ou promoção social do país durante o período da ditadura. Esses âmbitos converteram-se em verdadeiros abrigos para esses profissionais no mercado de trabalho. De acordo com as informações obtidas nas entrevistas realizadas para a presente pesquisa, os centros que contrataram assistentes sociais nesse período foram: *Equipes Consultores* (1976), *Centro Latino-americano de Economia Humana* (CLAEH, 1958), *Centro Interdisciplinar de Estudos para o Desenvolvimento Uruguai* (CIEDUR, 1977), *Centro de Informações e Estudos do Uruguai* (CIESU, 1975), bem como o centro de ensino *Universidade Católica do Uruguai* (UCU, 1984).

Existe consenso na comunidade acadêmica acerca da relevância do papel desempenhado por esses centros de pesquisa para o desenvolvimento das ciências sociais no país. Além de serem responsáveis pela contratação de um número significativo de pesquisadores, vários desses centros investiram maciçamente na pesquisa básica em ciências humanas e sociais, envolvendo um amplo leque de disciplinas: sociologia, economia, filosofia, ciência política,

demografia, relações internacionais. Os grupos de pesquisa que atuaram nesses centros a partir dos anos setenta, eram liderados por professores titulares da Universidade da República que foram destituídas ou voluntariamente se afastaram dela no início da ditadura, mas foi esse mesmo grupo o que, uma vez produzida a recuperação da Universidade, empreenderam a tarefa de reconstruir os cursos de graduação e desenhar os de pós-graduação que seriam criados posteriormente na década de 1990.

O retorno desses docentes e pesquisadores à Universidade da República transportava um novo tipo de *habitus* profissional forjado em um âmbito extrauniversitário e compartilhado por todos seus membros. Nesse grupo, tinha desenvolvido suas carreiras profissionais a maior parte dos membros do grupo responsável pelo processo de inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais. Isso significou, uma verdadeira condição de possibilidade para que as negociações entre as áreas de conhecimento fossem bem estabelecidas no campo das ciências sociais, e os representantes do Serviço Social alcançassem resultados positivos. Era, de certa forma, uma negociação entre pares, por compartilharem um mesmo capital simbólico, um mesmo tipo de *habitus* e de linguagem científica.

Alguns desses centros desenvolveram, no período da ditadura militar, atividades de ensino de graduação e de pós-graduação em ciências sociais. Assim, por exemplo, o Centro Latinoamericano de Economia Humana - CLAEH, oferecera cursos de graduação nas áreas de economia e de sociologia.

Deve ser sublinhado que, durante todo o período da ditadura militar, essa instituição era responsável pelo único curso de sociologia que, em nível de graduação, existira no país. Uma parte considerável dos alunos desses cursos já possuía algum diploma de graduação nas áreas afins e, embora não se disponha de dados precisos, estima-se de acordo com as fontes consultadas, que um número expressivo de assistentes sociais frequentou esses cursos e muitos deles acabaram-se formado nessa área. De novo, percebe-se a influência intelectual exercida pelos centros de pesquisa em alguns segmentos do corpo profissional do Serviço Social, que tiveram algum grau de protagonismo na construção do espaço para a profissão no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais<sup>21</sup>.

---

21 Alguns dos professores que participaram ativamente no processo de inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais egressaram desses cursos: Monica De Martino, Silvia Rivero, Myriam Mitjavila.

Ao mesmo tempo, esses centros constituíram o setor de mercado de trabalho que empregou o maior número de profissionais, que posteriormente integrariam os quadros docentes do Serviço Social no âmbito da Faculdade. Merece destaque o papel dos centros como espaços físicos e intelectuais onde foram arquitetados os planos para a recuperação da Universidade no retorno à democracia. Nesse sentido, cabe mencionar o seminário organizado pelo CLAEH, em 1984, intitulado “*Universidade, Transformação e Sociedade*”, evento que contou com a participação dos principais atores políticos e acadêmicos do campo da educação no Uruguai.

Por fim, a denominada perspectiva da *Educação popular*, caracterizou-se por incorporar as contribuições de Paulo Freire, enriquecida, com os aportes de Antônio Gramsci (ACOSTA, (2005, p. 259). Essa corrente reunia alguns professores da EUSS que compartilhavam o interesse pelo desenvolvimento de um perfil profissional do assistente social associado ao trabalho com a emancipação dos setores populares, a partir de uma perspectiva crítica sobre a realidade social. A questão do resgate do saber popular estava presente tanto na produção intelectual quanto nas atividades de ensino. O filósofo José Luis Rebellato (1946 – 1994) foi, possivelmente, o principal expoente dessa perspectiva exercendo uma liderança intelectual que perdura até o presente<sup>22</sup>. Interessa salientar, como veremos mais adiante, que essa perspectiva aglutinava o que acabou se transformando no grupo “perdedor” quando da passagem para a Faculdade de Ciências Sociais. Assim, por exemplo, uma vez encerradas as atividades do curso da Escola de Serviço Social, contratações de professores que representavam esta perspectiva, não foram renovadas. O caso mais notório foi o do Professor José Luis Rebellato quem posteriormente foi chamado para integrar o corpo docente de uma programa de extensão universitária da Faculdade de Medicina<sup>23</sup>.

---

22 Ver Acosta (2005, p. 290).

23 Em 1991 se cria o Programa Apex-Cerro, programa da Universidade da República que vincula a extensão universitária com a saúde comunitária. Emerge como decorrente das missões sociopedagógicas dos maestros, que logo depois encontram eco na Faculdade de Medicina para a atenção primária em saúde. Nos seus começos, aparece como um Programa inovador, na vez que vincula a prestação de um serviço em um contexto de extensão universitária, vinculado este ao ensino e à pesquisa. O Professor José Luis Rebellato foi fundador e docente do Programa Apex, sendo que no caso da Professora Blanca Acosta, foi incorporada posteriormente ao Programa, depois de ser docente por

De acordo com as análises realizadas por Acosta (2005) e em concordância com as evidências obtidas no trabalho de campo realizado para a presente pesquisa. Foi possível constatar que as duas perspectivas que permaneceram no período da transição para a Faculdade de Ciências Sociais foram as denominados *Modernizadora ou Sociológica* e de *Educação Popular*. No entanto, também poder-se-ia afirmar que nesse mesmo período, assistia-se a um abrupto declínio da perspectiva da Educação Popular.

Conforme dito anteriormente, o fim da ditadura representou para a UDELAR como um todo, mas, de forma ainda mais marcante para as Faculdades da Área Social, um momento de recomposição institucional e acadêmico. Nessa esteira, a EUSS inicia uma revisão do currículo de 1967, que vai se exprimir na criação das chamadas “Oficinas de Teoria e Prática Profissional”. Tratava-se de uma proposta didática organizada a partir de quatro oficinas, com diferentes temáticas ou teorias diferenciadas, mas que apontavam, todas elas, a promoção da articulação entre teoria e prática.

Nesses espaços, cada aluno devia desenvolver atividades por um período de três anos, atividades que incluíam a realização de atividades de campo pre-profissionais, de supervisão e atividades de reflexão sobre a prática. O modelo de ação profissional utilizado respondia à sequência Pesquisa - Diagnóstico - Planejamento - Execução e Avaliação. Complementava a esse processo, um Seminário interdisciplinar e atividades inter Oficinas. As quatro Oficinas criadas em 1987 eram as seguintes:

Oficina A: Marxismo. Professor Máximo Sommaruga.

Oficina B: Desenvolvimento local. Professor Javier Marsiglia<sup>24</sup>.

Oficina C: Educação popular. Professora Cristina Olhegui.

Professora assistente: Blanca Acosta<sup>25</sup>.

Oficina D: Saúde. Professora Ma Angélica Caprile.

---

um período breve na disciplina Metodologia da Intervenção Profissional II. . O discurso e as práticas do Apex pareciam sintonizar com aquelas da Educação Popular, de aí deriva-se a inserção destes profissionais nele. Por mais informação do Programa Apex, Ver [www.apex.edu.uy](http://www.apex.edu.uy).

24 Javier Marsiglia ingressou na EUSS em 1985 para administrar uma disciplina e em 1987 assume a Oficina de Desenvolvimento local.

25 Blanca Acosta ingressou na EUSS em 1987 como professora assistente da Oficina Educação Popular. Foi coordenadora de práticas de um grupo de estudantes em um bairro de Montevideu.

O resultado das entrevistas realizadas com alguns dos professores responsáveis por essas oficinas, aponta para a existência de um certo grau de consenso entre eles, a respeito da importância do caráter pluralista da oferta pedagógica dessas Oficinas, na medida em que ofereciam ao estudante a oportunidade de escolher, mas também de aprofundar seus conhecimentos sobre determinados enfoques e metodologias.

As Oficinas funcionaram durante sete anos (1987 – 1995). No final desse período foi desenvolvida uma experiência que implicava a realização de atividades com a participação de mais de uma Oficina, de forma a reverter certo divisionismo que o esquema pedagógico por Oficinas poderia fomentar. De qualquer forma esse processo de articulação foi interrompido perante a iminência da passagem do curso de Serviço Social para a Faculdade de Ciências Sociais.

### **2.1.3- Um breve balanço da situação do Serviço Social às vésperas da sua inserção na área das Ciências Sociais.**

No momento em que começa a ser processado o deslocamento institucional do Serviço Social para a Faculdade de Ciências Sociais, parte do quadro docente da EUSS, enfrentou um conjunto de desafios nunca antes experimentados pela profissão. Esses desafios estavam associados à hercúlia tarefa de cumprir com as exigências acadêmicas e institucionais que lhe foram impostas ao Serviço Social para fazer parte do universo das Ciências Sociais no Uruguai. Até então, o Ser Social era apenas um curso de graduação de uma escola subordinada à Reitoria. Carecia, por tanto, de *background* em matéria de pesquisa e produção de conhecimento, não contava com pesquisadores no quadro docente e a produção científica era quase inexistente.

Como veremos no próximo capítulo, a inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais imediatamente evidenciou o caráter gritante das desigualdades entre a área de serviço social e as outras áreas de conhecimento que faziam parte da instituição, o que vai se objetivar numa série interminável de conflitos e lutas entre agentes dessas áreas de um lado, e os quadros docentes da área de Serviço Social de outro lado.

De certa forma, o tipo de imagem sobre o Serviço Social que predominava entre os professores de sociologia, economia e ciência política mantinha um alto nível de correspondência com a realidade da trajetória do Serviço Social no Uruguai. Embora bastante estereotipada e preconceituosa, esse tipo de imagem continha elementos que facilmente

podiam ser constatados, e que se referem a um *habitus* profissional caracterizado pelo escasso domínio do capital científico das ciências sociais e por um ainda baixo nível de autonomia como área de conhecimento e como profissão.

Nesse sentido, vale a pena lembrar que a trajetória da profissão ao longo do século XX, caracterizara-se por sua orientação para-médica, sua subordinação intelectual ao saber médico e, em menor medida ao saber jurídico, bem como por constituir uma expressão das relações sócias de gênero, isto é, por si constituir como uma profissão “feminina”.

## 2.2- MUDANÇAS NA UNIVERSIDADE DA REPUBLICA E O SEU IMPACTO NO SERVIÇO SOCIAL.

Esta parte do trabalho tem o propósito de apresentar o processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais no contexto mais amplo da recomposição da Universidade no contexto pós-ditadura. Em 1985 teve início um processo de debates sobre os rumos da universidade após onze anos de ditadura, com tudo o que significou em termos censura, retrocesso pedagógico, desarticulação dos quadros de docentes e pesquisadores, interrupção de cursos, etc. Essa conjuntura, apresentava-se, ao mesmo tempo como uma oportunidade para introduzir mudanças e revisar os parâmetros que organizaram a vida universitária em períodos precedentes.

Nesse contexto foram criadas duas faculdades: a Faculdade de Ciências Exatas e Naturais e a Faculdade de Ciências Sociais. Ambas as faculdades teriam a missão de atuar na produção de conhecimento científico e na formação de quadros, fundamentalmente, de pesquisadores para atuarem tanto no campo da investigação básica como da pesquisa aplicada. Devido ao momento sociopolítico do país, existia um forte interesse de que essas faculdades desenvolvessem suas atividades atendendo às demandas da sociedade e, de maneira especial aquelas oriundas do setor produtivo.

No que diz respeito à Faculdade de Ciências Sociais, a decisão a respeito de sua criação partiu das autoridades universitárias da época, que avaliaram como indispensável o desenvolvimento de um polo de pesquisa nessa área, fortemente voltado para as necessidades e problemas nacionais, e para, a melhoria da inserção internacional da própria UDELAR.

Como resultado da consulta das fontes documentais, foi possível observar que o processo de desenvolvimento das ciências sociais no Uruguai até o início da década de 1990, exibiu um perfil diferenciado se

comparando como o percurso experimentado por essa área de conhecimento nos outros países da região. As peculiaridades dessa trajetória decorrem de circunstâncias socio-históricas já mencionadas no âmbito do presente trabalho.

Dentre elas, merecem ser novamente mencionadas as seguintes:

- A interrupção por um período de doze anos do ensino de graduação na área da sociologia, e por um período mais breve do curso de Serviço Social.
- A interdição ditatorial do curso de Serviço Social no período de 1976 – 1978.
- A constituição tardia do curso de graduação em ciência política, isto é, no período da pós-ditadura.
- A inexistência de cursos de pós-graduação, *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em ciências sociais até meados da década do 1990.

Em outras palavras: a ditadura surpreendeu um campo de conhecimento numa fase do seu desenvolvimento, que do ponto de vista das condições institucionais mostrava-se ainda como incipiente. Porém, a situação da Universidade por volta de 1985, exibia o esfacelamento de suas estruturas e a interrupção de processos de desenvolvimento cuja construção consumiu décadas de trabalho coletivo.

No entanto, interessa salientar que essa situação de desestruturação das bases institucionais do universo acadêmico das ciências não afetou todas as áreas por igual. Neste sentido, é preciso retomar o que já fora apontado na segunda parte do primeiro capítulo: embora as atividades de ensino de algumas áreas das ciências sociais durante a ditadura tenham experimentado uma duradoura interrupção, isso não necessariamente significou um retrocesso ou interrupção em matéria de pesquisa e produção de conhecimento. Assim, por exemplo, a inserção da sociologia como área da Faculdade de Ciências Sociais, evidenciava a existência de um acervo significativo de investigação acunhado durante uma década nos centros privados de pesquisa. Em termos de *habitus* e do domínio do capital científico, poder-se-ia dizer que a sociologia foi a área cujo equipamento intelectual aparecia como mais robusto no âmbito da nova Faculdade, o que lhe permitiu conquistar uma posição dominante nesse campo.

Já no caso do Serviço Social, o cenário apresentava-se com características opostas ao da sociologia. Conforme já fora apontado, no âmbito do presente trabalho, o Serviço Social ingressava na nova



Faculdade, com um conjunto de *handicaps* do ponto de vista do capital científico (escasso ou parcial domínio da linguagem e do acervo de conhecimentos das ciências sociais; escassíssimo volume de produção científica) e do *habitus* profissional (de caráter interventivo e associado ao gênero feminino).

No entanto, o Serviço Social ingressou na Faculdade de Ciências Sociais como um recurso que se mostrará valiosa moeda de negociação no decorrer das lutas de poder no seio da Faculdade: o tamanho da matrícula. Com efeito, o maior contingente de estudantes estava composto pelos alunos de curso de graduação em Serviço Social, o que representava um ponto forte nas negociações políticas e na distribuição dos recursos materiais e financeiros nas áreas de conhecimento da Faculdade.

O processo de incorporação da área de Serviço Social na Faculdade de Ciências acontece em um contexto de transformações sociopolíticas do país, caracterizado pela recuperação das suas instituições democráticas, incluindo a Universidade da República. Por essa razão consideramos necessário dedicar as próximas páginas a uma breve descrição das condições sócio-políticas da redemocratização da sociedade uruguaia, de forma a melhor compreendermos, em um segundo momento, as características do processo de renovação experimentado pela Universidade da República. Em um terceiro momento, será realizada a descrição e análise do processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais do ponto de vista das condições institucionais sob as quais aconteceu o ingresso do Serviço Social na área.

### **2.2.1- A situação sócio política do Uruguai pós-ditadura militar (1985)**

Ao finalizar a ditadura (1973 - 1984), o Uruguai se encontrava em uma situação econômica e social comprometida. Segundo Finch (2005, p. 301), as pressões internas -marcadas pelo ascenso dos partidos de esquerda- e as pressões externas -associadas ao novo modelo econômico emergente do Consenso de Washington-, foram dois aspectos característicos do período, associadas à situação de endividamento do país que o colocava na posição de recuperar a confiança dos investidores externos e com ela a própria economia. A prudência macroeconômica, a orientação de abertura da economia, a reforma do Estado e a implementação de políticas voltada à redução da pobreza eram os principais elementos que emanavam do Consenso de Washington

(FINCH, 2005, p.301).

Do ponto de vista ideológico, da mesma forma que em outros países da região, o neoliberalismo tinha se constituído no principal parâmetro do processo de reforma.

A irrupção na cena política da coalizão de esquerda, o *Frente Amplio*, fundada em 1971, e o seu posterior ascenso político eleitoral depois da ditadura, acabou quebrando a hegemonia dos partidos de direita em Uruguai.

A economia uruguaia encontrava-se estagnada em um contexto caracterizado pela perda de poder aquisitivo dos salários sob condições de crescimento econômico, mas também da desigualdade na distribuição da renda. Aliás, o crescimento econômico no período 1985 – 1989 foi satisfatório, e nos anos noventa o registro de crescimento foi maior do que qualquer período de dez anos, desde 1945 a 1954. Registra-se que o período mais dinâmico da economia foi nos anos 1986 e 1987 com um crescimento de 8,4%<sup>26</sup> (Finch, 2005, p.303).

Uruguai caminhava pelo crescimento econômico embora com a carga da dívida contraída pela ditadura, sendo que ela foi negociada e os pagamentos foram realizados pontualmente no período 1985 e 1989. A demanda de importações de produtos uruguaios na região (principalmente Argentina e Brasil) foi uma situação favorável para o crescimento econômico sustentável naqueles anos. Com uma situação econômica relativamente estável, o país foi recuperando o nível de confiança dos investidores externos. Até 1999, Uruguai vai experimentar um crescimento continuado mesmo com a crise na Argentina no governo de Carlos Menem em 1995. Com a desvalorização do Brasil em janeiro de 1999, a economia uruguaia entra em uma crise que vai permanecer até 2003.

Ainda nessa situação aparentemente favorável até 1999, o problema do desemprego foi estrutural desde 1985. Entre os anos de 1985 e 1998, a taxa de desemprego teve uma tendência a crescer, embora o PIB tivesse crescido numa taxa média de 3,1% no período.<sup>27</sup>

---

26 Por mais dados sobre o crescimento da economia em Uruguai no período de estudo, Ver: Finch, 2005, p. 303 a 307.

27 Há várias explicações para o aumento do desemprego nos anos noventa. A primeira é que foi consequência do crescimento de população no mercado de trabalho; a segunda são as mudanças na infraestrutura da indústria manufactureira que gerou uma redução global do PIB, assim como na força de trabalho. Também, o nível educativo foi inadequado e não criou a mão de obra em um momento de mudança estrutural rápida. O quarto elemento explicativo

Principalmente, isso se explica pela crise na indústria da manufatura com baixos níveis de produtividade e altos níveis de dívidas, assim como de um crescimento na demanda de trabalho produto da saída das mulheres para o mercado de trabalho para complementar os ingressos familiares.

Nos anos noventa, o aumento da proporção de população em situação de pobreza converteu-se em preocupação nacional, na emergência novas da marginalidade e exclusão social. Alguns fenômenos de feminização e infantilização da pobreza levam a atenção dos diversos atores políticos, bem como indícios de novos fenômenos de desintegração social e de segregação espacial preocupam ainda mais diversos setores do governo e da oposição.

Do ponto de vista político a transição da ditadura para democracia foi objeto de negociações que culminaram com um pacto que eliminava do horizonte a possibilidade de julgar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura militar.

Nas eleições de 1984, elege-se presidente da República Julio María Sanguinetti (Partido Colorado) para exercer seu mandato no período de 1985 – 1990. Em 1975, os líderes esquerdistas da guerrilha *tupamara*, que tinham sido presos durante na ditadura foram liberados em 1985 e assumiram o compromisso de atuar, a partir desse momento, apenas no âmbito das instituições democráticas.

O governo de Sanguinetti, com o apoio dos militares que deixavam o poder, tentou consolidar a restauração democrática e enfrentar a recessão econômica. Os esforços dos governos estavam voltados para a recuperação da produção, do crescimento do emprego, e do nível de salários e aposentadorias, além do controle da inflação e da melhoria na redistribuição progressiva da renda.

Permanecia ainda, o desafio de integrar a economia uruguaia ao âmbito internacional o que implicava, ao mesmo tempo, recuperar o controle nacional do processo econômico e colocar o sistema financeiro ao serviço da produção e das necessidades da sociedade entendida como um todo (FINCH, 2005, p.316.). Em termos de gasto público, no período 1985-1990, registrou-se um discreto aumento dos investimentos em educação (1.4% a 2%) , em saúde de (0.8% a 1.1%) e na previdência social (11.2% a 12.6%).

Em 1989 foi eleito presidente Luis Alberto Lacalle (Partido Nacional) para exercer seu mandato no período 1990-1995. A

---

estaria vinculado a uma rigidez no mercado de trabalho que obstruía um nível mais alto de emprego.

plataforma eleitoral de Lacalle anunciava a intenção de realizar uma reforma do setor público, fortemente voltada para as áreas de previdência social, educação e sistema tributário, promovendo a diminuição das taxas de importação e propondo regulamentar o exercício do direito de greve dos trabalhadores. No entanto, esse período de governo experimentou vários problemas na área econômica tais como o aumento do déficit fiscal, aumento dos preços e a queda dos salários. Varias medidas foram tomadas com o intuito de alcançar a estabilização econômica, bem sucedidas e mantidas pelo governo seguinte (FINCH, 2005, p.322.).

Em 1995 inicia-se o segundo mandato de Julio María Sanguinetti (Partido Colorado). Esse período de governo caracterizou-se por dar continuidade ao processo de reforma do Estado (melhoria da gestão e diminuição do gasto público), pela proteção da indústria nacional, favorecendo as exportações, no contexto do recentemente criado MERCOSUL (1991) (FINCH, 2005, p.326.)

### **2.2.2-A restauração democrática da Universidade da República no Uruguai**

Na década de 1950 a Universidade viveu um processo de mudanças e reforma que se vê materializado na formulação da lei orgânica de 1958, a qual respondia à uma redefinição dos fins da universidade e à consolidação da autonomia universitária e do co-governo com a participação dos setores docente, discente e de profissionais formados. Criaram-se, dessa forma, as bases institucionais de um modelo de universidade que vai se manter mais ou menos inalterado até a interrupção da democracia iniciada em 1973.

Na maior parte de período que vai da criação da lei orgânica até o início da ditadura, o Serviço Social permanece inserido no âmbito universitário com o status de Escola, hierarquicamente dependente do Conselho Diretivo Central.

Em 28 de outubro de 1973, o governo decreta a intervenção da Universidade, a suspensão de todas as atividades (com exceção do Hospital Universitário) e a prisão de membros do Conselho Diretivo Central. A política educacional da ditadura, esteve marcada pela revisão e mudança de todos os currículos (Bralich, 1988, p.83)

Havia a intenção de imprimir um caráter profissionalista à formação, evitando todo conteúdo que pudesse questionar a realidade social. O controle político do comportamento era permanente no cotidiano universitário ao longo período através de mecanismos de

inspeção e de aplicação de punições.

As atividades de pesquisa foram significativamente afetadas pela demissão em massa do corpo docente em função de critérios políticos, ao mesmo tempo em que se assistia ao sucateamento da infraestruturas. Nesse período, o orçamento universitário diminuiu, caindo do 5% do PIB no início do período a um 1% do PIB em 1984.

Em 1985 tem início o processo de re-institucionalização democrática da UDELAR, processo que envolvia a readmissão dos professores e servidores demitidos pela ditadura, a reimplantação dos currículos, a retomada dos serviços que tinham sido eliminados, e das atividades de extensão. A Assembleia Geral do Claustro que era o máximo órgão de governo da Universidade, foi reinstaurada em 1985, momento no qual assume funções seu presidente, eleito reitor da UDELAR, Cr. Samuel Lichtensterjn. Em o seu discurso de assunção do cargo ele declarou:

Debemos tener conciencia de que enfrentamos una oportunidad histórica casi irrepitable, en la que no solo se trata de recuperar la autonomía y los valores democráticos y pluralistas, y devolver a nuestras actividades el espíritu de rigor científico que nos habia caracterizado. Ademas de la reconstrucción critica debemos crear las condiciones para la gestación de la nueva Universidad..." (...) (apud BRALICH, 1988, p.87)

No final da década dos oitenta, ainda em pleno processo de recuperação democrática da Universidade inicia-se o processo de integração regional<sup>28</sup> o qual acarretou novos desafios para a UDELAR. Com o aumento demanda em educação superior, a universidade formula um conjunto de políticas de desenvolvimento institucional voltadas ao atendimento.

No final do ano 1986, a Assembleia Geral do Claustro da

---

28 Refere-se ao MERCOSUL, Mercado Comum do Sul. O MERCOSUL é um acordo sub-regional integrado por Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai e recentemente Venezuela. Tem como países associados a Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador. Foi criado o 26 de março de 1991 com o Tratado de Asunción, estabelecendo: "La libre circulación de bienes, servicios y factores productivos entre países, el establecimiento de un arancel externo común y la adopción de una política comercial común, la coordinación de políticas macroeconómicas y sectoriales entre los Estados partes y la armonización de las legislaciones para lograr el fortalecimiento del proceso de integración."

Universidade <sup>29</sup> aprovou um relatório chamado *Pautas gerais para uma política sobre ciência e tecnologia*, nesse documento apresentam-se as linhas estratégicas para o desenvolvimento das políticas na área de ciências e tecnologia. Interessa sublinhar que nesse momento o país não contava, ainda, com um sistema de ciência e tecnologia propriamente dito, razão pela qual tornava-se urgente traçar metas e realizar investimentos nas áreas de pesquisas e formação de recursos humanos, bem como encontrar fórmulas que estimulassem o retorno de enorme contingente de científicos uruguaios radicados no exterior por causas associadas à ditadura.

Nesse contexto, então, o objetivo era criar novos polos de modernização, entendidos como áreas de desenvolvimento vinculadas à pesquisa e à produção de conhecimento. As ciências básicas foram objeto privilegiado de atenção, com a criação do PEDECIBA<sup>30</sup> Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, e a Faculdade de Ciências Sociais, a traves do agrupamento de disciplinas espalhadas em diversos serviços universitários. Esse processo de reordenamento institucional afetou embora de forma mais parcial a outras faculdades e serviços universitários.

A criação da Faculdades de Ciências Sociais implicou o agrupamento de cursos espalhados em diversas faculdades e unidades de

---

29 A Assembleia Geral do Claustro é o órgão eleitor e de assessoramento nos assuntos gerais da Universidade. As funções principais são emitir opinião nos assuntos de competência segundo a lei orgânica da Universidade e quando o Conselho Diretivo Central e o Reitor disponham.

30 Programa de desenvolvimento das Ciências Básicas (PEDECIBA): foi criado pelo impulso de pesquisadores uruguaios nacionais no estrangeiro, com o intuito de preservar a tradição acadêmica e científica no Uruguai. Vários pesquisados foram convocados pela UNESCO para ver de que modo incentivar o desenvolvimento das ciências básicas e o retorno de pesquisadores exilados pela Ditadura, sendo esse grupo de trabalho integrado depois por autoridades da Universidade da República o do Poder Executivo. O objetivo básico era dar impulso à investigação científica nas cinco áreas abarcadas pelo Programa (biologia, física, informático, matemática, química), e de estabelecer uma conexão Universidade – Poder Executivo. O PEDECIBA teve apoio de organismos internacionais e funcionou com a infraestrutura universitária. Segundo a *Memória do Reitorado* (1998, p.58) entre os anos 1987 e 1997, o Programa formou 238 pós-graduandos e no ano 1998 estava formando 297 estudantes de pós-graduação de mestrado e doutorado. Quase o 90% dos pesquisadores que trabalharam no PEDECIBA, são parte da Universidade da República.

ensino, com vistas a sua integração entorno de um projeto unificado. A ênfase foi colocada na criação de condições para incentivar a produção de conhecimento e simultaneamente, redefinir o estatuto acadêmico das ciências sociais no âmbito da Universidade.

Inicia-se dessa forma, um período de aumento progressivo do número de programas e projetos de pesquisa orientados a produzir contribuições para os debates dos grande problemas nacionais, incentivando o dialogo e as parcerias com organiza e instituições da sociedade civil.

Na gestão do Reitor Dr. Jorge Brovetto, (1990 – 1994)<sup>31</sup> se daria sustentação às recentemente criadas Faculdades de Ciências Exatas e Naturais e a Faculdade de Ciências Sociais bem como apoiar a criação de novas Licenciaturas nas áreas de Bioquímica e Ciências e Engenharia dos Alimentos. Outras mudanças relevantes estavam vinculadas à flexibilização das estruturas curriculares à promoção de programas de educação permanente e pós-graduação, à permanência aos programas de apoio á investigação científica e aos processos de descentralização da gestão (MEMORIA DEL RECTORADO, 1998, p.349).

Esse novo contexto institucional condicionou o espírito que animou a criação da Faculdade de Ciências Sociais na medida em que ela deveria traduzir, na prática, os princípios de flexibilização curricular e de estímulo à produção de conhecimento científico.

Nesse sentido, deve-se assinalar que a Faculdade de Ciências Sociais nasceu alicerçada por um conjunto inédito de medidas e programas voltados para o fortalecimento da pesquisa científica entre os quais se destacam o regime de dedicação exclusiva para os professores e

---

31 Além dos objetivos destacados no texto, se procurou também: Incrementar consideravelmente os salários dos servidores docentes e não docentes; Melhorar a qualidade dos serviços assistenciais e incorporar novos programas de assistência à população. Em termos de desenvolvimento tecnológico, se aposta a incrementar os esforços em projetos em andamento tais como recondicionamentos portuários, recuperação de cenários turísticos, utilização de energias renováveis, poluição ambiental, aportes ao desenho de estruturais civis, aproveitamento de energia hidráulica, entre outros; Aprofundar o Programa de bem-estar Universitário; Reorganizar a estrutura e gestão administrativa, introduzindo as inovações tecnológicas necessárias para isso, assim como a adequação dos serviços dos servidores em função da estrutura e de suas funções; Desenvolver atividades da Universidade no interior do país: apostar e fortalecer à descentralização da formação, atualização e especialização dos formados radicados no interior do país, considerando as necessidades dos setores produtivos; Melhorar a estrutura física da Universidade.

servidores técnico administrativos<sup>32</sup> e a criação em 1990, da Comissão Setorial de Investigação Científica (CSIC), unidade que desempenhara um papel fundamental como agência financiadora de pesquisa científica e tecnológica. (MEMORIA DEL RECTORADO, 1998)

Nesse mesmo período, foram reforçados os vínculos da UDELAR com instituições estrangeiras e com organismos internacionais e agências de cooperação. Destacamos nesse sentido, a liderança de UDELAR no processo da criação da Associação de Universidades Grupo de Montevideu, em conjunto com outras universidades públicas dos países da região. Essa orientação para o exterior, terá consequências para o desenvolvimento de varias das áreas de conhecimento, tanto no campo da pesquisa como, fundamentalmente, no que tange à formação de recursos humanos. Mencionamos o papel do convenio de cooperação entre o Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro – UFRJ. Esse convenio possibilitou a criação do primeiro curso do mestrado de Serviço Social no Uruguai, mas também, possibilitou a formação de mestres e doutores entre os integrantes do quadro docente desse departamento.

### **2.2.3- O Processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais**

O processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais teve inicio em 1986 e culminou em 1991 momento no qual foram instaladas suas primeiras atividades. Esse processo foi o resultado da confluências de interesses oriundos da Reitoria e do corpo de cientistas sociais entorno da necessidade de criar condições institucionais formais para o desenvolvimento das ciências sociais no país. (ERRANDONEA,1994)

A realização do *Encontro Universitário sobre a Problemática das*

---

32 Os quatro grandes Programas que dariam sustento a ditos objetivos seriam: o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento; a formação de recursos humanos; a criação de uma unidade de documentação e informação para a difusão das pesquisas; e o seguimento acadêmico e avaliação do regime de dedicação total. A CSIC seria um órgão dependente do Conselho Diretivo Central, conformada por dez integrantes com representação dos docentes, estudantes e formados, um representante do CDC, e um representante docente por cada uma das áreas: agrárias, básicas, saúde, sociais (como dois representantes) e tecnológicas. Pelo fato da complexidade das tarefas da Comissão, foram criadas diferentes Comissões Assessoras, a saber: projetos; vinculação com o setor produtivo; dedicação total e recursos humanos. (MEMORIA DEL RECTORADO,1998, p.61)



*Ciências Sociais na Universidade* em dezembro de 1986 teve um caráter fundacional e expressava o interesse das autoridades universitárias como do conjunto dos cientistas sociais em realizar um diagnóstico sobre a situação e perspectiva das ciências sociais no país. Um aspecto desse diagnóstico resultou em unânime aprovação: a situação da formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Até esse momento os cursos de pós-graduação em ciências sociais que existiam no país inscreviam-se na órbita privada, em dois centros de pesquisa: CIESU e CIEP. O primeiro, contava com um mestrado em sociologia em convenio com a Faculdade Latinoamericana de ciências sociais (Costa Rica) e o segundo oferecia um curso de mestrado em educação a través de convenio com aquela mesma instituição. A inexistência de cursos de pós-graduação era objeto de preocupação em quanto entrave para o desenvolvimento da produção científica no campo das ciências sociais, motivo pelo qual foram criados incentivos e proporcionando condições institucionais para a elaboração de propostas nessa direção.

Três foram os mecanismos concebidos para subsidiar<sup>33</sup> a crítica situação das ciências sociais uruguaias nessa área: o envio de professores para realizar cursos de mestrado e doutorado no exterior, o desenho e a realização de cursos de mestrado em convênio com programas de pós-graduação de outros países, e o desenho de cursos de pós-graduação no país<sup>34</sup>.

O evento supracitado conclui-se com emissão de um documento que continha um conjunto de recomendações que visavam a integração das ciências sociais no âmbito da UDELAR e a formulação de um conjunto de medidas dirigidas a criar uma estrutura institucional que alberga-se essa integração.

O resultado dessas gestões materializou-se na criação do Programa de desenvolvimento das ciências sociais, dirigido por uma comissão interdisciplinar, integrado por as três ordens do governo universitário (docente, discentes e egressados) que tinha o propósito de formular programas e projetos de pesquisa em ciências sociais sob a forma de um impulso inicial na produção científica.

O Conselho Diretivo Central aceitou as propostas do encontro e

---

33 A redação final do documento foi feita por Juan Carlos Dean, Alfredo Errandonea, Lucia Sala e Raúl Trajtenberg, que depois seriam nomeados para a integração do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais no Uruguai.

34 Por exemplo, criação de um sistema de créditos, eixos de disciplinas comuns e criação de um ciclo básico.

nomeou um grupo de trabalho permanente que tinha por objetivo criar o referido programa de desenvolvimento das ciências sociais, integrado pelos professores Lucia Sala de Tourón<sup>35</sup>, Juan Carlos Dean<sup>36</sup>, Alfredo Errandonea<sup>37</sup> e Raúl Trajtenberg<sup>38</sup>, um representante dos formados e um representante dos estudantes. (REPARTIDO N°47/86, p. 9). Esse grupo de trabalho iniciou suas atividade em 1987.

Cientes do caráter urgente da necessidade de criar um curso em nível de pós-graduação, os membros desse grupo de trabalho, propõem a criação de um centro de estudos em nível de pós-graduação no âmbito da nova Faculdade. De acordo com o projeto inicial, esse centro deveria proporcionar:

(...) la formación al más alto nivel y la investigación constituyen núcleos prioritarios en este proceso de cambio, prestándole especial atención a la puesta en práctica de programas con enfoques inter- disciplinarios, con la finalidad última de lograr que los egresados sean científicos críticos, creativos y participativos, preparados para responder a los desafíos de la recuperación y el desarrollo del país. (CUADERNOS CIENCIAS SOCIALES 1, 1989, p.10)

Essa unidade teria sob a sua responsabilidade o desenho e implementação em cursos de mestrado e doutorado bem como a gestão de projetos de pesquisa que promovessem a integração das Ciências Sociais no âmbito da Faculdade.

Os propósitos do Centro de Estudos de pós-graduação – CEIPOS

35 Lucia Sala de Tournon (1925 – 2006), historiadora formada na Universidade da República. Nesse momento se desempenhava como Professora da Faculdade de Humanas e Ciências da Educação.

36 Juan Carlos Dean (? – 2004) Economista formado na Universidade da República. Nesse momento se desempenhava como Professor da Faculdade de Economia e Administração. Foi decano da mesma Faculdade no período 1989 – 1999.

37 Alfredo Errandonea (? – 2001) foi um destacado Sociólogo da Universidade da República, escritor, periodista, professor universitario, militante, peça chave nos primeiros anos da Faculdade de Ciências Sociais. Nesse momento se desempenhava como professor universitário.

38 Raúl Trajtenberg (¿?). Economista e Professor da Universidade da República desde o final da década dos anos sessenta. Nesse momento se desempenhava como Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração.

eram: promover exercício de ensino de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade da República; desenvolver atividades de pesquisa e coordenar as já existentes; criar unidades bibliográficas, documentais e estatísticas a serviço das atividades docentes e de pesquisa, estabelecer acordos de cooperação com outras unidades e serviços Universitários no país e no exterior e por ultimo, estimular a coordenação e progressiva integração das Ciências Sociais no âmbito da Universidade (CUADERNOS CIENCIAS SOCIALES, 1989, p.15).

O processo de criação da Faculdade de Ciências Sociais experimentou um ciclo de permanentes oscilações entre avanços e retrocessos, incluindo momentos de impasse institucional nos quais corria-se o risco de que o projeto de criação da Faculdade não se concretiza-se. Em um relatório emitido pelo Grupo de Trabalho em Ciências Sociais em 1987, manifestavam-se alguns avanços como resultados dos debates sobre a criação da Faculdade de Ciências Sociais.

En lo fundamental, ésta pasaría por la creación de una Facultad de Ciencias Sociales que reuniera el conjunto básico de las disciplinas que tienen como objeto común de estudio la sociedad humana, en aspectos tales de su economía, estructura social, organización política y creación y transmisión de su cultura, tanto en su presente como en su pasado.(CUADERNOS CIENCIAS SOCIALES 1, 1989, p.22)

Nesse mesmo documento apresentavam-se um conjunto de argumentos a respeito das vantagens institucionais e acadêmicas que decorreriam da criação da Faculdade, tais como:

- criação de uma massa crítica para a área social, o que parecia algo improvável sem a nova Faculdade porque exigiria estabelecer diálogos entre professores lotados numa grande variedade de serviços universitários.
- centralização e homogeneização dos conteúdos e metodologias do ensino em ciências sociais permitindo preservar, de forma pluralista, o diálogo entre diferentes correntes e perspectivas teóricas metodológicas e seus respectivos desdobramentos em termos de modernização das estruturas curriculares.
- criação de bases e de tratamento de bases estatísticas para subsidiar a pesquisa científica. Permitiria a criação da

Faculdade, contar pela primeira vez com uma biblioteca de ciências sociais de grande porte que pudesse concentrar fisicamente a produção científica da área.

- todos os propósitos pelos quais fora criado o Centro Pós-graduação (CEIPOS) encontraria um âmbito específico para sua concretização.

(...) este planteo de creación de la Facultad supone un adecuado respeto de la autonomía relativa de cada una de las disciplinas, las que deben perseverar en la definición y profundización de su campo teórico, en la elaboración de sus métodos propios y en la creación del saber especializado que supone su moderno desarrollo. (CUADERNOS CIENCIAS SOCIALES, 1989, p.23)

O tipo de estrutura organizacional concebida para a nova Faculdade correspondia à clássica organização por Departamentos, um por cada área disciplinar. Também, em 1987 acordou-se que as seguintes áreas disciplinares que integrariam a Faculdade seriam: Economia, História econômica, Ciências Políticas, Sociologia. Permaneciam ainda discrepâncias entre os membros do grupo a respeito da aceitação ou não do ingresso de outras disciplinas tais como Comunicação, Ciências da Educação e Serviço Social. Discutia-se, ainda, a possibilidade de incorporação de áreas disciplinares inseridas nesse momento na Faculdade de Filosofia e Ciências humanas tais como Letras, Filosofia e Antropologia.

Como forma de resolver os impasses relativos à integração da supracitadas áreas, o grupo de trabalho de Ciências Sociais declarou a conveniência da criação da Faculdade, com a sua composição por áreas inicialmente aprovadas definindo um período de transição, para arbitrar a respeito desses assuntos, que se estenderia entre os anos 1989 e 1990.

Por meio de resolução do Conselho Diretivo Central de 7 de março de 1988, resolve-se declarar a conveniência da criação da Faculdade de Ciências Sociais com um grupo de trabalho integrado pelo reitor, Decanos das Faculdades de Ciências Econômicas e Administração, Direito e Ciências Sociais e Filosofia e Ciências Humanas a quem teria a responsabilidade de criar o projeto definitivo da Faculdade.

## **2.2.4- O Serviço Social no âmbito do projeto de criação da Faculdade de Ciências Sociais**

O projeto formulado pelo supracitado grupo de trabalho inclui tanto a proposta de criação da Faculdade de Ciências Sociais, como também, a reestruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Ciências da Educação, e a transferência de unidades da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração (Economia) e de Direito e Ciências Sociais (Sociologia e Ciências Políticas e Relações Internacionais).

A criação da Faculdade implicou uma reestruturação do campo das Ciências Sociais no país, aproximando áreas de conhecimento e, conseqüentemente, estabelecendo um conjunto de posições sociais definidas como legítimas nesse campo.

Como já mencionado neste trabalho, tratava-se de reunir disciplinas que se encontravam espalhadas no âmbito da Universidade. Esse processo de agrupamento de disciplinas da área social era funcional aos interesses da Reitoria que, nesse período, empenhava-se na tarefa de diminuir o número de unidades universitárias sob a sua responsabilidade direta. Vale a pena lembrar que uma dessas unidades era, precisamente, a Escola Universitária de Serviço Social - EUUS.

Alguns dos critérios fundacionais do processo de integração dessas áreas de conhecimentos, criaram um solo conflitante que acompanha a trajetória institucional da Faculdade até o momento atual. Um desses critérios diz respeito ao grau de acumulação de capital científico a serem incorporada. Em outras palavras, pretendia-se que as áreas que ingressassem na Faculdade tivessem alcançado, previamente, um certo nível de desenvolvimento acadêmico e que mais do que procurar o próprio fortalecimento como resultado dessa incorporação, pudessem agregar solidez em matéria de produção científica.

Inicialmente houve consenso a respeito da integração das áreas de Economia, Sociologia e Ciências Políticas. Percebia-se que os objetos dessas áreas apresentavam afinidades em termos de objetos e de abordagens teórico metodológicas, o que facilitaria o compartilhamento de espaços institucionais e de processos de trabalho.

As decisões a respeito de quais seriam as áreas disciplinares que finalmente fariam parte da Faculdade, foram tomadas após um longo processo de debate e negociações entre os representantes das áreas fundacionais. Com relação à incorporação do Serviço Social se estabelece um conjunto de condições para sua incorporação:

El Grupo de Trabajo en Ciencias Sociales propone que también se integre a la nueva Facultad de Ciencias Sociales la actual Escuela Universitaria de Servicio Social. Esta incorporación se realizaría mediando una re estructuración en su contenido que situase los estudios del servicio social al nivel de una licenciatura estrechamente conectada con la carrera de sociología, con una etapa inicial en común y una especialización diferenciada. Ello implicaría una considerable remodelación y elevación de los niveles de exigencia del curriculum actualmente vigente. Se prevería un periodo de transición a efectos de que este proceso de restructuración tuviese un inicio de consolidación. Durante este periodo transitorio, la Escuela Universitaria de Servicio Social se integraría en dicha calidad, como dependiente de la Facultad de Ciencias Sociales." (CUADERNOS CIENCIAS SOCIALES 1, 1989, p.33)

O citado acima exhibe as principais condições institucionais que o grupo de trabalho, o seja, as áreas dominantes no campo das ciências sociais, definia para sua incorporação. Interessa sublinhar que o cumprimento de algumas dessas condicionalidades seria relativamente fácil, -por exemplo, a redução da duração do curso de graduação de cinco a quatro anos- enquanto outras condicionalidades remetiam a exigências cujo atendimento não poderia ser resolvido no curto prazo.

Nesse sentido, exigia-se a reestruturação e nivelação do nível acadêmico do curso de graduação, e, embora não apareça nesse trecho, também em termos do desenvolvimento da pesquisa e da produção de conhecimento.

No próximo capítulo serão examinadas as respostas do corpo docente da área de Serviço Social e as novas exigências envolvidas que o ingresso à Faculdade de Ciências Sociais implicava.

O resultado final do processo de negociação empreendido pelo grupo de trabalho, conclui com a aprovação, em sessão do Conselho Diretivo Central do dia 21 de Agosto de 1989, da criação da Faculdade de Ciências Sociais (EXPEDIENTE 5472/89). A nova Faculdade começaria a funcionar a partir em 1º de março de 1990, integrada pelas seguintes unidades:

- Instituto de Economia, Instituto de Estatística, Licenciatura em Economia e curso de graduação em Economia, unidades todas

até então funcionando na Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração.

- Instituto de Ciência Política, o Instituto de Ciências Sociais e as Licenciaturas de Ciência Política e em Sociologia ate então lotadas na Faculdade de Direito e Ciências Sociais.
- Escola Universitária de Serviço Social -EUSS.
- Centro de Investigação e Pós-graduação em Ciências Sociais (CEIPOS)

A partir dessa resolução foram criadas quatro comissões que representariam as quatro Faculdades da área social. Essas comissões tinham sob a sua responsabilidade o planejamento das atividades e o encaminhamento de propostas para serem aprovadas no âmbito do Conselho Diretivo Central.

Logo após a aprovação da criação da Faculdade de Ciências Sociais com o referido desenho institucional, tem inicio um novo ciclo de debates e negociações que culmina com a aprovação em 1991 de uma Faculdade na qual se reduz o número de unidades disciplinares passando a estar finalmente integrada pelas seguintes áreas: Sociologia, Serviço Social e Ciência Política, o Instituto de Economia (este apenas com atividades de pesquisa e com formação em nível de pós-graduação) e uma unidade multidisciplinar integrada por pesquisadores que atuavam no campo da historia econômica e de estudo da população.

Em 1994, dois anos após a criação da Faculdade, seu principal artífice e líder intelectual , o professor Alfredo Errandonea realizava uma avaliação do processo concluindo que o projeto inicial tinha fracassado no referente à agregação das disciplinas da área social com base em dois argumentos: porque não foi possível incorporar áreas inicialmente convocadas, (Economia e Estatística) e porque outras disciplinas de atuação relevante no campo das ciências sociais tampouco foram incluídas (Antropologia, História e Ciências da Educação).

Do ponto de vista de Serviço Social, algumas desas ausências, provavelmente acarretaria consequências negativas como no caso da antropologia, que vinha proporcionar um substrato teórico metodológico em aspectos relevantes da formação profissional. A ausência de áreas como essa tiveram como contrapartida uma presença inflacionada de outras como sociologia e ciência política atraves de uma significativa presença de disciplinas dessa área no currículo dos cursos de Serviço Social.

Outras críticas de Errandonea (1994), apontavam a existência de entraves institucionais e acadêmicos para o desenvolvimento da pesquisa principalmente no que se refere a definição de critérios de produtividade e da avaliação da qualidade da produção acadêmica.

No que diz respeito à organização departamental, Errandonea (1994, p.28) assumiu uma postura crítica ao concluir que o objetivo da integração não tinha sido alcançado, uma vez que cada um dos departamentos defendeu a preservação da autonomia e resistiu a realização de atividades em conjunto com outros departamentos.



### **CAPÍTULO 3.**

#### **A REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA.**

Como forma de dar resposta às condicionalidades estabelecidas para a inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais, em 1991 foi criado o Programa de Desenvolvimento do Serviço Social. No presente capítulo, será examinado o papel desse programa e o tipo de estratégia que nele foi concebida, para cumprir com as condicionalidades, administrando, ao mesmo tempo, um complexo conjunto de conflitos e lutas de interesses entre representantes do Serviço Social e de outras áreas da Faculdade, Alguns desses conflitos serão apresentados e examinados ao longo do presente capítulo.

A organização da área de Serviço Social como departamento, concretizou-se recém em 1993, quando foi nomeada como diretora, a professora Daisy Solari. Até 1995, na nova estrutura departamental conviveu com a Escola de Serviço Social que tinha sob a sua responsabilidade a administração de atividades de ensino remanescentes do currículo de 1987.

No presente capítulo serão apresentado um mapa de agentes, as lutas entre eles, o tipo de *habitus* e as estratégias associadas a esse desenho institucional. Para tanto, serão analisados os dois espaços onde é possível localizar os principais debates que emanaram do processo do integração do Serviço Social na nova faculdade. Esses debates, reatualizaram tensões e conflitos de longa data e os colocaram num novo patamar de conflitividade no processo de disputa pelo domínio do campo científico no interior da área do Serviço Social bem como à sobrevivência deste no campo das Ciências Sociais.

#### **3.1- O INGRESSO DO SERVIÇO SOCIAL NA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

A inserção do Serviço Social na nova Faculdade foi um processo pautado por uma série de exigências por parte das autoridades da instituição. Entre os representantes das outras áreas, predominava a noção que a profissão ainda não estava preparada para assumir seu papel na produção de conhecimento para o campo das ciências sociais. Como resultado dessa avaliação, foi criado o Programa de Desenvolvimento do Serviço Social o qual teria sob a sua responsabilidade a elaboração de um plano de desenvolvimento para as áreas de ensino de graduação e

pós-graduação e de pesquisa, de forma a que fossem atendidas as exigências institucionais em matéria de produção de conhecimento. A criação desse Programa foi a solução intermédia criada para a inserção do Serviço Social e representou a principal condição de ingresso. Como será analisado mais adiante a inclusão de disciplinas na área de metodologia de pesquisa foi um dos requisitos de ingresso do Serviço Social na Faculdade.

O Programa de Desenvolvimento do Serviço Social funcionou entre 1991 e 1993, e estava integrado por um coordenador geral, coordenador de pesquisa e um coordenador de ensino de graduação e pós-graduação, funções que foram desempenhadas respectivamente por Daysi Solari, Myriam Mitjavila e Socorro Garcia. Esses cargos de coordenação foram preenchidos através de um edital público lançado pelas autoridades universitárias. Posteriormente, o Programa de Desenvolvimento do Serviço Social foi substituído pelo Departamento de Serviço Social a partir do ano 1993, sendo a primeira diretora, Daisy Solari.

Em 1991 o Programa de desenvolvimento do Serviço Social apresenta uma proposta às autoridades da Faculdade cujos principais conteúdos correspondem ao plano curricular do curso de graduação do Serviço Social, ao desenvolvimento das atividades de ensino de pós-graduação tanto nas modalidades *lato* e *stricto sensu* e ao desenvolvimento da área de pesquisa.

Em relação à criação de uma área de pesquisa em Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais inserida no Departamento de Serviço Social, constitui para a época um verdadeiro desafio, na medida em que a pesquisa, ainda, não fazia parte do *habitus* profissional do campo de Serviço Social. Ao mesmo tempo, e por si tratar de um campo profissional e não de uma ciência, colocava-se para o Programa o problema de definir as peculiaridades da produção científica na área do Serviço Social. Essa tarefa resultou árdua, e teve um percurso povoado de desencontros e de tensões no interior do próprio campo do Serviço Social. Nesse sentido, vale a pena retomar aqui os três conceitos que foram apresentados na primeira parte da presente dissertação: a noção de autonomia profissional formulada por Eliot Freidson, as noções de *habitus* e de capital simbólico de Pierre Bourdieu. Do ponto de vista da autonomia profissional, a inserção do Serviço Social na Faculdade revelava uma posição social extremamente precária. Se por autonomia entendemos, junto com Freidson, a liberdade de uma profissão para se autorregular, estabelecendo de forma independente os princípios e as regras de produção e de validação do seu próprio trabalho, pode-se

facilmente concluir que a situação do Serviço Social nesse contexto estava longe de atingir esse patamar. A própria existência de condicionalidades para a inserção na Faculdade, evidencia uma subordinação a fontes heteronômicas de poder no início mesmo como disciplina nesse campo.

Deve se levar em consideração que nesse período, a imensa maioria dos integrantes do corpo docente, não tinha sequer começado a formação no nível de pós-graduação e apenas umas das professoras teria concluído seu doutorado no Serviço Social no exterior.

Pode-se concluir, portanto, que na época a pesquisa e a produção de conhecimento não faziam parte do *habitus* profissional do Serviço Social.

Paralelamente, a interpretação das respostas às condicionalidades impostas para a inserção do Serviço Social, não foram uniformes entre os diversos segmentos ou correntes de pensamento na área do Serviço Social. Em quanto para algumas entendia-se a pesquisa como sistematização, para outros a pesquisa era concebida nos estreitos moldes de uma fase da metodologia de intervenção profissional. Outros a consideravam em termos de pesquisa aplicada, ou seja, de um tipo de pesquisa cujo resultado subsidia à intervenção na realidade e, enfim, os que consideravam que o Serviço Social devia produzir conhecimento científico com um pé de igualdade com as outras disciplinas da área social.

Diante da complexidade da situação experimentada pela disciplina no campo da pesquisa, uma única certeza podia ser observada: a de que uma mudança devia acontecer e que o Serviço Social como profissão devia dar esse passo para mudar de status. Ao longo do processo de inserção do Serviço Social na Faculdade, os membros do Programa de desenvolvimento de Serviço Social desenvolveram uma estratégia de natureza essencialmente política, e que tinha por objetivo ocupar espaços de poder em condições de igualdade com as outras áreas disciplinares da Faculdade. No entendimento dos seus agentes, essa seria uma condição de possibilidade para cumprir com as novas exigências acadêmicas do ingresso ao campo das Ciências Sociais.

De certa forma a passagem para a Faculdade introduziu uma espécie de clivagem entre ganhadores e perdedores. Entre estes últimos, ainda permaneciam temores e receios a respeito das consequências da nova inserção institucional. Em particular, as novas exigências acadêmicas associadas ao novo contexto institucional, suscitaram incertezas em termos de estabilidade laboral por não poderem cumprir com as novas demandas da Faculdade.

Contudo, os principais conflitos no âmbito do corpo docente do Serviço Social aconteceram na definição dos conteúdos do novo currículo do curso de graduação, conforme será analisado no ponto 3.3.

### 3.2- TENSÕES ACERCA DO PERFIL E AS FUNÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL.

Como foi exposto no item anterior, na passagem para a Faculdade se manifestaram duas correntes de pensamento no Serviço Social, que representavam perspectivas opostas a respeito da inserção na Faculdade. Essas perspectivas correspondem às identidades citadas por Acosta e que foram mencionadas no segundo capítulo, como Modernizadora e Educação popular.

A seguir, apresentam-se os principais argumentos levantados por representantes de ambas tendências acerca da inserção do Serviço Social na Faculdade.

- **Autonomia profissional:** a Escola de Serviço Social estava gerenciada por uma Comissão Diretiva integrada por um Diretor, representantes dos docentes, dos discentes e dos formados, sendo esta forma de gestão consagrada na Lei Orgânica da Universidade de 1958. As decisões eram tomadas no âmbito da dita Comissão, e depois eram submetidas ao Conselho Diretivo Central, máximo órgão de gestão da Universidade. Pelas próprias características e funções do Conselho (encarregado de atender os grandes assuntos da Universidade) a atenção desse órgão geralmente não estava focada nos problemas das unidades acadêmicas de menor porte. Os temores estavam localizados em que sua autonomia poderia ser capturada na convivência com as outras áreas disciplinares na nova Faculdade, tendo em vista, alias, a posição desvantajosa do Serviço Social do ponto de vista acadêmico.

- **Relações do Serviço Social com Sociologia:** a relação com a sociologia tendia a ser percebida como ameaçadora, diante da existência de concepções que, no campo da sociologia, concebiam o Serviço Social como uma sociologia aplicada. Esses temores, estão novamente associados a questão da eventual perda de autonomia. Ao mesmo tempo, temia-se por uma possível hegemonia da sociologia que impregna-se os conteúdos das atividades do Departamento de Serviço Social.

- **Perfil profissional do Assistente Social:** alguns acreditavam que a nova matriz curricular produziria um aumento quantitativo das disciplinas teóricas e da área de metodologia de pesquisa como resultado das condicionalidades impostas pela conjuntura acadêmica. As resistências nesse sentido, estavam associadas ao temor de que se

poderia formar um profissional eminentemente teórico afastado da realidade. Para uma proporção não desprezível de professores, a essência da profissão corresponde à prática, o que exigira manter uma presença maciça de conteúdos dessa área nos cursos de graduação. O incremento da carga horária em teoria social e metodologia de pesquisa, mesmo sendo elementos necessários para entender a realidade, não podem ser excessivos em função da prática. Nesse sentido, a formação deve subsidiar a prática, sendo que o contrário decorre em um processo de perda de especificidade e ao afastamento dos problemas sociais em um plano sensível.

Já para os partidários da ampliação teórica e metodológica dos conteúdos do curso, esses temores não passavam do uma forma de resistências diante da eventual perda de vigência do papel e funções tradicionais da profissão.

- **Status profissional:** para a tendência sociológica ou modernizadora, a nova conjuntura institucional representava uma oportunidade para a renovação do Serviço Social do ponto de vista de suas bases teórico metodológicas como de sua inserção no mercado de trabalho. A mudança de título de Assistente Social para Licenciado em Serviço Social, outorgaria um novo status para a profissão.

Ao mesmo tempo, existia uma percepção generalizada de que a mudança de assistente para licenciado, teria um impacto positivo no status da profissão.

Outro benefício secundário da inserção do Serviço Social podia ser observado nas possibilidades de ser percebido na melhora das condições da carreira docente. No âmbito da Escola, os responsáveis pelas cátedras tinham o cargo de professor adjunto (Grau 3), o teto da carreira docente. Em quanto que no âmbito da Faculdade existia a possibilidade de completar a carreira docente atingindo as posições de professor associado (Grau 4) e professor titular (Grau 5). Do ponto de vista da titulação, a inserção dos professores no corpo docente da Faculdade, criava oportunidades para completar a formação acadêmica através de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tanto no exterior quanto no país tendo em vista sua iminente implementação.

Por outro lado, a Escola de Serviço não contava com recursos para o financiamento das atividades de pesquisa. É preciso lembrar que a imensa maioria dos professores da EUSS, tinham contratos que se enquadravam no regime horista, o que provavelmente operava como condição material para o desenvolvimento de um *habitus* profissional afastado da pesquisa e da produção de conhecimento.

Para os representantes da perspectiva que liderou a inserção do

Serviço Social na Faculdade, o novo âmbito institucional representava uma melhoria das condições de preparação de um mercado de trabalho crescentemente exigente. Uma nova legitimidade profissional decorreria do desenvolvimento de capacidades para adaptar-se aos requerimentos do mercado de trabalho no campo das políticas públicas, sem necessariamente perder a perspectiva crítica sobre a realidade social, nem a capacidade para produzir conhecimento sobre os objetos de intervenção. Esses argumentos eram frequentemente percebidos pelos agentes da educação popular como parte de uma construção ideológica para justificar o que na realidade seria uma visão empresarial da profissão.

Outra questão que aparece nos discursos daqueles que se opunham à inserção do Serviço Social na Faculdade, refere-se à consideração da pesquisa e da produção de conhecimento como parte não essencial das competências do assistente social, na medida em que o pensamento crítico, sustentado na formação teórica e nas práticas profissionais de caráter emancipatório seriam os elementos essenciais e identitários mais relevantes do *habitus* profissionais do Serviço Social.

Uma das principais objeções obedecia à percepção de que um novo currículo do curso de graduação provocava um afastamento da realidade e dos esquemas ideológicos e conceituais para capta-la. Nesse contexto, diminuiriam as oportunidades de desenvolver práticas pre-profissionais voltadas para a conscientização e organização comunitárias.

Observa-se, nesse sentido, uma perda do capital simbólico acumulado nas Oficinas, e a impossibilidade de sua recuperação no espaço do novo currículo nas disciplinas Metodologia da Intervenção Profissional. De acordo com os entrevistados, trata-se de uma perda, porque se o estágio nas oficinas tinha o propósito de formar para a intervenção, essa intervenção estava fortemente associada à pesquisa. Interessa assinalar que esse tipo de argumento transporta uma concepção de pesquisa que não corresponde à produção de conhecimento científico senão a processos de sistematização da prática profissional.

É nesse sentido que os representantes da perspectiva da Educação popular, avaliam que houve uma perda de especificidade profissional. Sem sombra de dúvida, o que pode ser observado até aqui, é uma forte dicotomização nas maneiras de conceber as competências profissionais do Serviço Social e, em particular, as competências de pesquisa e produção de conhecimento.

Podemos nos perguntar se se trata da existência de dois modelos antagônicos de profissão ou ainda de dois tipos de *habitus* profissionais

para os quais não há reconciliação possível.

Nas lutas pelo domínio do capital simbólico no interior do campo do Serviço Social, acabou-se impondo de forma maciça a perspectiva chamada por Acosta de Modernizadora ou Sociológica, tornando marginal aquela que outrora exercera grande influência nos quadros profissionais do Serviço Social. O carácter radical da mudança curricular determinou a clausura do espaço temático e teórico de forma tal que os representantes da corrente da Educação popular poderiam não ter como continuar na condição de docentes da área do Serviço Social.

A produção de conhecimento como elemento incorporado ao *habitus*, parece estar legitimada em função dos conteúdos curriculares. Se a especificidade do Serviço Social é a prática, e se ela perde protagonismo no novo currículo, pode-se inferir a perda de especificidade funcional. Por sua vez, a realização de pesquisas em função de objetos específicos, parece incrementar as possibilidades da profissão de consolidar seu campo, configurando desse modo um avanço em seu processo de profissionalização.

### 3.3-DISPUTAS EM TORNO À NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Após a conformação da Faculdade de Ciências Sociais, começa o processo de elaboração dos currículos para as três disciplinas da Faculdade. Já foi exposto ao longo do presente capítulo, a existência de posições antagônicas sobre o ingresso do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais.

O processo de criação do novo currículo envolvia os cursos de graduação em Ciência Política, Sociologia e Serviço Social. Na Comissão de matriz curricular criada para esse fim, chegou-se à acordar determinados conteúdos comuns aos três cursos. Nessa nova estrutura curricular, os alunos dos três cursos deveram cursar um ciclo básico comum cuja duração é de dois semestres, com disciplinas introdutórias às ciências sociais e o eixo de metodologia de pesquisa, com idêntico conteúdo para os três cursos.

A metodologia de pesquisa estava organizada em quatro disciplinas que correspondem a conteúdos sobre aspectos epistemológicos, de desenho, de levantamento e de análises de dados quantitativos e qualitativos.

Nesse desenho curricular o curso de Serviço Social é colocado no mesmo patamar de exigência dos outros cursos, ou, ainda num patamar superior, na medida em que uma quinta disciplina da área de

metodologia de pesquisa é proposta de forma a incluir na formação dos estudantes em metodologia de pesquisa-ação e pesquisa-participante. Desse modo, não caberia o argumento de que o Serviço Social não possuía a formação básica em metodologia de pesquisa.

A duração dos cursos foi também objeto de negociação: o plano de 1987 tinha uma duração de cinco anos, porém, a nova licenciatura não poderia ultrapassar os quatro anos de duração. Como parte do processo de imposição de condições, o Serviço Social foi obrigado a aceitar a perda de um ano de formação profissional.

Um ponto de controvérsia gerou-se sobre a inclusão das disciplinas de matemática e estatística, que passou a ser denominada como vetor matemático comum. Alfredo Errandonea (1994) defendia com veemência a inserção dessas duas disciplinas, encontrando resistências entre aqueles que a interpretavam como um triunfo do quantitativismo, ou ainda como um mecanismo perverso de obstáculo para a aprovação do ciclo básico. No entanto, Errandonea argumentava que todo cientista social é obrigado a ter formação em matemática e estatística, da mesma forma que deve recebê-la em epistemologia e em metodologia de pesquisa. Pretendia, dessa forma, erradicar a imagem do cientista social exclusivamente voltado para a produção de ensaio finalmente, o processo de negociação que culminou com a aprovação da incorporação do vetor matemático à formação de estudantes no Ciclo Básico de todas as licenciaturas.

Já o debate entre os professores da EUSS e os docentes que lideraram a inserção do Serviço Social na Faculdade, girava entorno de três assuntos: a) o tipo de disciplinas a serem incluídas no currículo, no sentido de se elas poderiam ou não subsidiar à prática, b)- a Metodologia de Intervenção Profissional (substituindo às Oficinas de Teoria e Prática profissional), e c) o eixo Metodologia de pesquisa.

Houve consenso entre os professores da Escola de Serviço Social na incorporação de uma maior carga de teoria social ou “*disciplinas teóricas*” poderia melhorar a capacidade do profissional para apreender a realidade de um ponto de vista abrangente. Mas, as objeções emergiam diante da possibilidade de que esse acréscimo ocorre-se às custas de uma diminuição do peso curricular das disciplinas inerentes ao ensino da prática profissional. Durante as entrevistas, ex-professores da EUUS manifestaram que o currículo de 1992 apresentaria um deficit em disciplinas da área específica, sendo um dos resultados da instrumentação do currículo uma formação excessivamente teórica e abstrata. Esse deficit poderia ser subsidiado com as disciplinas de Metodologia da Intervenção Profissional, as que foram concebidas com



essa finalidade. Mas de acordo com as avaliação desses professores, as MIP não estariam atendendo esse propósito.

As Oficinas de Teoria e Prática profissional do currículo de 1987 proporcionavam a possibilidade de atuar do ponto de vista teórico, de planejamento e avaliação da experiência. Constituiria um desafio do novo currículo, construir dispositivos pedagógicos capazes de substituir funcionalmente o papel das velhas oficinas.

Nas entrevistas, foi possível observar a existência de uma percepção generalizada ao respeito do insuficiente aproveitamento das potencialidades oferecidas pelas Metodologias de Intervenção profissional como dispositivo de ensino da prática.

Quanto as outras disciplinas, havia um confronto entorno da inclusão das disciplinas de Ética Filosófica e Ética profissional. Os professores afiliados à perspectiva da Educação popular, interpretavam que a redução da carga horária das disciplinas dessa área respondia à intenção de tornar mais tecnocrático o perfil profissional, atendendo às demandas do mercado de trabalho.

Por outro lado, também existiam questionamentos em função da excessiva carga horária e o grande volume de Metodologia de pesquisa. As principais críticas se apoiavam no argumento que a esmagadora maioria dos profissionais estar-se-ia inserindo no mercado de trabalho para desempenhar funções como assistentes sociais de campo, e apenas uma minoria atuaria no espaço acadêmico, e portanto se beneficiaria com essa maciça formação em metodologia de pesquisa.

Emfim, a própria Escola Universitária de Serviço Social manifestou-se de diversas maneiras<sup>39</sup> a respeito dos conteúdos e orientação do currículo de 1992. No entanto, as propostas que emanaram dessa instância não encontraram eco âmbito da Faculdade. Em termos gerais podemos afirmar que parte da proposta dos professores da EUSS não foi considerada no currículo, basicamente no que tem relação com a carga horária de metodologia de pesquisa, as técnicas do Serviço Social, as Oficinas de Teoria e Prática Profissional e o eixo Ética-Filosofia e Ética do Serviço Social. Também, disciplinas como Pedagogia social e

---

39 Os documentos são os seguintes: "Bases para la elaboración de una Licenciatura en Servicio Social", Documento: "Aporte al Proyecto de Plan de Estudios de la Licenciatura en Trabajo Social", Professor Dr. José Luis Rebellato, Montevideo, 17 de Outubro de 1992. - Documento: "Algunas observaciones sobre el Plan de Estudios para la Licenciatura en Trabajo Social. El área de la educación.", Professor Jorge Bralich. Documento Jornada de Plan de Estudios. Orden Estudiantil Servicio Social.

Análise de discurso que subsidiariam a dimensão educativa e comunicacional, não foram incluídas no currículo.

Em novembro de 1992, e logo depois dos debates entre os diferentes segmentos profissionais, é aprovado o currículo de 1992, com o voto negativo do representante dos estudantes da Escola de Serviço Social.

O currículo define que a nova formação teria que responder às mudanças na sociedade nos últimos vinte anos, nas políticas públicas e nas manifestações da questão social<sup>40</sup>. Segundo o currículo, as políticas sociais são o instrumento privilegiado da gestão da questão social por parte do Estado. Os problemas sociais são o objeto da profissão, configurando assim o objeto do Serviço Social. Na divisão sociotécnica do trabalho, o profissional aparece como executor das políticas, subordinado a outras profissões. Com a Reconceitualização, houve um impulso na elaboração de conhecimentos, mas sem instrumentar toda a bagagem necessária. E preciso então, pesquisar sobre a nossa prática, integrar teoria; isso traz uma nova relação com as Ciências Sociais.

Segundo o currículo 1992, o perfil do Assistente Social é:

El Trabajo Social es una disciplina cuyo objetivo es la intervención en la resolución de los problemas sociales de individuos, familias, grupos, unidades territoriales, organizaciones, movimientos sociales, en relación a su calidad de vida y a sus potencialidades no resueltas, contextualizados en el marco de las relaciones sociales (PLAN DE ESTUDIOS, 1992, p.4)

O objeto da profissão refere à:

Dimensión social de áreas-problema en diversos planos de la vida humana. Por dimensión social se entiende el conjunto de aspectos sociológicos culturales, económicos, psicosociales y políticos recodificados en función de un objeto social que se distingue de los objetos de las ciencias sociales

---

40 Na Justificação do Plano de Estudos expressam-se essas mudanças na orientação das políticas socioeconômicas: “A partir de la década del 80 y más acentuadamente en el 90, se ha ido consolidando en el país y en América Latina una política socio-económica, que incluye procesos de ajuste y de restructuración del Estado (...) desarrollando políticas sociales destinadas a compensar los problemas causados por la transición de un sistema estatista a uno basado preferentemente en el mercado. (Plan de Estudios 1992, p. 2)

en dos sentidos: a) los funde en un único objeto más amplio y complejo y b) se trata de un punto de vista no para conocer como finalidad primordial, sino para generar conocimiento apto para intervenir técnicamente sobre ese mismo objeto. (PLAN DE ESTUDIOS, 1992, p.4)

A formação tem um total de quatro anos de duração e está estruturada em dois ciclos: um ciclo básico e um profissional, sendo o primeiro compartilhado com as Licenciaturas de Sociologia e Ciências Políticas e o segundo, específico do Serviço Social. O Ciclo Profissional está estruturado com base na disciplina Metodologia da Intervenção Profissional que inclui instâncias teórico-práticas (estágios), estruturadas nos níveis Macro, Médio e Micro.

A Teoria acompanha a Metodologia de intervenção Profissional, com o intuito de que o estudante articule teoria e prática em função do objeto.

Para finalizar a formação, o estudante deverá fazer uma monografia final (*tesina*, segundo o currículo 1992) desenvolvendo uma temática particular onde integre teoria e prática, mas sem elaboração de novos conhecimentos.

Seis eixos articulam a Matriz curricular 1992:

- 1- Metodologia da Intervenção Profissional: articula-se nas disciplinas Metodologia de Intervenção Profissional chamadas de MIP, com base em três níveis teórico-práticos: Macro, Médio e Micro. Eles dariam conta das análises desde os níveis macrosociais, passando pelas análises de organizações, grupos, famílias e indivíduos, conforme o avanço do estudante. O eixo MIP começa no Ciclo Básico com a disciplina *Trabalho Social*.
- 2- Metodologia de Pesquisa: articulado com base em seis disciplinas: cinco de Metodologias de Pesquisa<sup>41</sup> e

---

41 Segundo a Matriz Curricular (1992), as disciplinas têm os seguintes objetivos ou ementas: Metodologia de Pesquisa I: Proporcionar ao estudante as noções básicas relativas à disciplina. Elementos Epistemológicos, Conhecimento científico, dados, variáveis, tipos de pesquisa, hipóteses. Metodologia de Pesquisa II: Uso de critérios e instrumentos para a elaboração de projetos de pesquisa. Técnicas de pesquisa, procedimentos de contrastação empírica, operacionalização de variáveis, técnicas de levantamento de dados, etc.; Metodologia III: manipulação de técnicas de análise com o objetivo de usa-

Diagnóstico macrosocial.

- 3- Área das Ciências Sociais: as disciplinas oferecidas são Sociologia, Sociologia do Uruguai, Sociologia das organizações, Psicologia Social I, Psicologia Social II, Psicologia geral, Antropologia Cultural I e II, Epistemologia, Ética filosófica e Economia I.
- 4- Área de Teorias Sociais integrada pelas disciplinas Teoria Social I e Teoria Social II.
- 5- Área Matemático-Estatística com as disciplinas: Matemáticas, Estatística Social I e Estatística Social II.
- 6- Área instrumental composta pelas disciplinas Planificação e Projetos Sociais e Gestão de Projetos e serviços.

Outras disciplinas que complementam o currículo são Historia do Uruguai, Políticas Sociais e Seminário Temático. Todas as disciplinas sumam um total de 2.670 horas de aula.

Podemos observar que o currículo aprovado em 1992, tem um conjunto de disciplinas que abrange uma ampla variedade de temáticas, formando um profissional capacitado para entender a realidade em forma integral, analisando as muitas dimensões dos problemas sociais.

### 3.4- O CÓDIGO DE ÉTICA E A REDEFINIÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

O Código de Ética profissional do Serviço Social foi aprovado em 2001, sendo atualmente o único instrumento que regula as competências profissionais do Serviço Social no Uruguai. O processo que precede à aprovação do Código de Ética do Serviço Social tem início em 1998 e culmina com sua publicação oficial em 2001.

O Código apresenta-se como elemento que institucionaliza, entre outras, as competências vinculadas à pesquisa e à produção de

---

as na análise e interpretação de pesquisas sociais. Análise e interpretação de análises quantitativas. Leitura de quadros estadísticos. Análises multivariadas. Metodologia de Pesquisa IV: manipulação de técnicas intensivas. Técnicas quantitativas: a construção de dado qualitativo. Diferentes procedimentos de pesquisa qualitativa. Metodologia de Pesquisa V: Aperfeiçoamento de técnicas qualitativas de análises de dados em diferentes contextos de pesquisa. O registro como base material para a construção de variáveis. Tipos de pesquisa para a interação entre objeto e sujeito de pesquisa. Pesquisa – Ação.

conhecimento que foram inauguradas no processo de inserção do Serviço Social na área das ciências sociais.

Em março de 1998, surge um Projeto de Código de Ética Profissional do Serviço Social em Uruguai, que anos mais tarde, e com outras modificações, se converterá na versão definitiva do Código de Ética.

O Projeto foi apresentado no VII Congresso Nacional de Trabalho Social nos dias 24 a 26 de junho de 1998, e ao longo do ano de 1999, a Comissão de Ética de ADASU (Associação de Assistentes Sociais do Uruguai) organizou encontros e criou espaços de discussão em diferentes cidades, com o intuito de obter a maior participação possível dos colegas na elaboração do final do texto<sup>42</sup>. Houve consenso em que Código deveria ser concebido como um instrumento pedagógico, com uma série de artigos onde se pudesse estabelecer, em termos de exercício cotidiano da profissão, quais as atitudes, condutas e posicionamentos considerados como legítimos em determinadas circunstâncias concretas. (REVISTA TRABAJO SOCIAL, 1999, N° 16, p.47-50).

O processo continuou com a realização, em maio de 2000, do Primeiro Seminário Nacional sobre Ética e Trabalho Social, e do Primeiro Seminário Regional sobre Ética e Serviço Social<sup>43</sup>. Nesse mesmo ano, o Código foi apresentado numa Assembleia de profissionais realizada no âmbito do VIII Congresso Nacional de Serviço Social, em Novembro de 2000, concluindo na aprovação do Código.. Finalmente, e depois de realizadas as modificações, foram aprovadas definitivamente, nas Assembleias realizadas nos meses de dezembro de 2000 e abril de 2001<sup>44</sup>. Além das consultas gerais realizadas ao coletivo, a Comissão do

---

42 "En la Asociación hemos diseñado una Campaña Nacional para la discusión y elaboración del Código, que comenzó en el interior del país los días 12 y 13 de junio pasados y en la reunión de Montevideo del día 18 de junio. La misma se desarrolla en las siguientes etapas: Junio 99: Jornadas Nacionales de Discusión del Código. Julio y Agosto 99: Paneles y Mesas redondas con especialistas en la temática. Octubre 99: Seminario Nacional sobre Principios Ético-Filosóficos del Servicio Social, con presentación de ponencias y participación de invitados nacionales y extranjeros." (REVISTA TRABAJO SOCIAL, 1999, Año XIII, N° 16, p.46)

43 No primeiro Seminário Regional sobre Ética e Trabalho Social participaram representantes de Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, onde se aprovaram os "Principios Éticos y Políticos comunes para las Organizaciones Profesionales de Trabajo Social y Servicio Social del Mercosur."

44 O Código está estruturado em termos gerais nas seguintes partes:

Código revisou e analisou diferentes documentos em nível nacional, regional e mundial.<sup>45</sup>

De modo geral, pode-se dizer que o Código de Ética (2001) recupera a importância do projeto ético-político da profissão, e as conecta com a realidade sociopolítica e suas relações com a intervenção profissional<sup>46</sup>:

Entendemos la Ética como un espacio de de reafirmación de la libertad, por lo tanto, como posibilidad de negación de los valores mercantilistas, autoritarios, utilitarios e individualistas (...) Como profesionales, tenemos la responsabilidad de defender una ética que reafirme la capacidad de ser libres, o sea, de escoger conscientemente, con protagonismo, las alternativas para una vida social digna (...) Pero es necesario establecer las mediaciones de esa proyección a la vida social en la profesión, o sea traducir los valores de emancipación humana en la práctica cotidiana. (CÓDIGO DE ETICA, 2001, p. 2)

Acerca da delimitação de competências, e do ponto de vista do foco de análise da presente pesquisa, interessa resgatar o conteúdo dos seguintes artigos do Código:

- *Competências em gestão e pesquisa*: há uma vinculação direta entre Serviço Social, competências técnicas e políticas sociais, âmbito no qual o profissional se desempenha cotidianamente. No entanto, no

---

Antecedentes, Fundamentação, Princípios e Fins fundamentais, e quatro Capítulos com um total de 66 artigos. O primeiro Capítulo é sobre o exercício profissional, o segundo é sobre Direitos e responsabilidades do Assistente Social ou Trabalhador Social (dividido no nível geral, em relação com os usuários, em relação com instituições e outros empregadores, em relação com colegas e outros profissionais e em relação à sociedade no seu conjunto, acrescentando um último ponto sobre o segredo profissional). O Capítulo 3 é sobre a Resolução de conflitos éticos, e o quarto e último Capítulo são as Disposições gerais.

45 Documento "La Etica del Trabajo Social: Principios y Criterios" da FITS e o Documento dos Principios Eticos e Políticos aprovados no nível regional, e o próprio projeto de Código de ética elaborado pela Comissão Inter-institucional.

46 Para isso fazem uma retomada dos "Principios Eticos y Políticos comunes para las Organizaciones Profesionales de Trabajo Social y Servicio Social del MERCOSUR".

Código se reconhecem as novas modalidades de pesquisa no campo das ciências sociais e humanas. Na fundamentação do Código (2001) aparecem, de forma explícita, essas duas competências:

Los cambios en el tratamiento de “la cuestión social”, y en la naturaleza y legitimidad de las políticas sociales – que determinan y moldean la inserción socio-técnica del Servicio Social, establecen nuevos límites pero abren igualmente nuevas posibilidades para nuestra profesión. (CODIGO DE ETICA, 2001, p.2)

Por otro lado hoy se reconoce como de mayor relevancia el diálogo y la inclusión más plena del Trabajo Social o Servicio Social en el campo de las ciencias sociales y humanas, abriendo nuevas fronteras en la formación profesional y en el privilegio a diversas modalidades de investigación social. (IDEM, p.2)

Segundo o Código (2001), intervir nas políticas é trabalhar na gestão assim como:

Participar en todas las fases de las políticas sociales y de los consecuentes planes, programas y proyectos de los organismos públicos y privados vinculados al ejercicio de la profesión (Art.5, p.4)

Pronunciarse en materia de su especialidad, asumiendo esta tarea con responsabilidad e iniciativa en cuanto a los aportes y decisiones, de acuerdo con las competencias teóricas y técnicas, superando perfiles meramente subalternos y operativos. (Art. 6, p.4)

Realizar acciones de planificación, administración, gestión, implementación y control de políticas y programas sociales, así como la realización de estudios, sistematizaciones e investigaciones sobre la práctica y la realidad social, y la supervisión y docencia en la materia. (Art.20, p.5)

De outros artigos ou itens do Código inferimos que a inserção do Serviço Social nas políticas sociais se vincula basicamente com o compromisso no desenvolvimento dos Direitos Humanos e a defesa e

aprofundamento da cidadania. Com isso, as práticas do Assistente Social nas instituições apontam a produzir um serviço de qualidade, no sentido do acesso e democratização da informação, a desburocratização dos processos, a criação de mecanismos para melhorar o acesso aos serviços, entre outros. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2001, Capítulo 2, itens 2.2 e 2.3, p.4-5).

A pesquisa aplicada às problemáticas sociais nas que o Assistente Social intervém, parece ser o foco da produção de novos conhecimentos. Com isso, e segundo o Código, deve-se manter uma atitude crítica em relação a outros produtos da atividade científica que possam ser utilizados na prática profissional. Em relação a isso, o Código coloca que o profissional deve:

Mantener una actitud activa en la producción de nuevos conocimientos sobre las diferentes problemáticas sociales, contribuyendo a la difusión, conocimiento y análisis públicos de los fenómenos sobre los que interviene. (Art.40, p.6)

Sostener una perspectiva rigurosa y crítica respecto de los presupuestos, finalidades y condiciones de producción y desarrollo del conocimiento científico y de sus consecuencias en intervenciones y opciones prácticas así como de sus implicancias éticas políticas (Art.11, p.4)

A autonomia aparece como um valor consagrado explicitamente no Código (2001, p.4), sendo direito e responsabilidade do Assistente Social:

Exigir una amplia autonomía en el ejercicio de la profesión así como la libertad en la realización de estudios e investigaciones, no pudiendo ser obligado a prestar servicios profesionales incompatibles con sus atribuciones, cargos o funciones. (CÓDIGO DE ÉTICA, Art. 2, p.4)

Promoción y respeto de la autonomía intelectual y técnico profesional del Trabajo Social y/o Servicio Social y defensa de condiciones de trabajo adecuadas y dignas. (IDEM, Item 8, Principios y Fines fundamentales, p.3)

A formação permanente ou pós- graduação está consagrada como um requisito fundamental para um exercício profissional competente:



Trabajar y comprometerse en el logro del reconocimiento académico y legitimación social del Servicio Social y/o Trabajo Social, creando mecanismos institucionales y laborales que aseguren la equiparación en relación con otras profesiones universitarias. (CÓDIGO DE ÉTICA, Art. 10, p.4)

Defender el derecho del/la profesional a acceder a cursos de formación de posgrado y actualización profesional, contando con mecanismos institucionales para garantizar el libre acceso a los mismos. (IDEM, Art.28, p.5)

Formación profesional permanente que garantice el derecho del usuario a una intervención adecuada a partir de un ejercicio profesional competente en términos éticos, teóricos y técnicos. (IBIDEM, item 9, Principios y Fines fundamentales, p.3)

Entendemos o Código como uma prática discursiva tendente a reforçar um perfil profissional em reconstrução. Ele aparece como um trabalho de argumentação com o objetivo de delimitar saberes e práticas. Nessa direção, o Código também enfatizou a autonomia profissional, negando qualquer tipo de subordinação ou discriminação na relação interdisciplinar.

A necessidade de formação técnica e da pesquisa aplicada aparece como uma necessidade, na medida em que fortalece a intervenção e contribui para produção de conhecimentos na área.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da presente dissertação foi analisar o processo de inserção do Serviço Social uruguaio no âmbito acadêmico das ciências sociais, no período de 1986 a 1995. A escolha desse objeto de pesquisa respondeu ao interesse em compreender o papel dos fatores sociopolíticos e institucionais que intervêm nos processos de profissionalização das ocupações de natureza científico-técnica que atuam no amplo e difuso campo do social.

A ditadura militar que governou o país entre 1973 e 1985 foi responsável pela aniquilação material e intelectual das ciências sociais no Uruguai. No entanto, da análise realizada, é possível concluir que o impacto destruturador dessa estratégia política não afetou por igual a todas suas áreas disciplinares. Assim, por exemplo, o desenvolvimento de formas de resistência intelectual organizada por parte da sociologia, fundamentalmente através da criação de centros privados de pesquisa - e a conversão destes em espaços a partir dos quais se desenharam as estratégias para a recuperação política, acadêmica e institucional da UDELAR- tornou possível que essa disciplina acabasse conquistando o domínio do capital científico no âmbito da nova faculdade.

Ao mesmo tempo, a natureza profissional do Serviço Social representou uma limitação para sua inserção no campo das ciências sociais: sua razão de ser não é a produção de conhecimento – propósito primordial de toda ciência- e sim a intervenção na realidade social. Desse ponto de vista, ciências e profissões caracterizam-se por *habitus* diferentes, que acabam manifestando-se como opostos ou conflitantes em algumas de suas dimensões. A definição dessas diferenças entre atividade científica e atividade profissional em termos de *habitus* respondeu, no âmbito da presente pesquisa, a uma intencionalidade precisa: o que é percebido como inadequação do perfil do Serviço Social às exigências acadêmicas para sua conversão em área de conhecimento do campo das ciências sociais não pode ser definido, apenas, em termos de insuficiente quantidade ou qualidade da produção científica. É preciso colocar essa questão do ponto de vista de uma problematização diferente: ciências e profissões respondem a racionalidades e *habitus* que diferem um do outro.

A pesquisa realizada evidenciou um baixo nível de autonomia técnica do Serviço Social para processar sua incorporação ao campo institucional das ciências sociais. Essa baixa autonomia manifestou-se nas condicionalidades que as outras disciplinas –todas elas reconhecidas como legitimamente científicas- impuseram ao Serviço Social para sua

“admissão”. E qual seria a razão de existência dessas condicionalidades? A área de Serviço Social não estava pleiteando ingressar em uma faculdade pré-existente; ao contrário, tratava-se da criação de uma nova unidade de ensino e pesquisa e, nessa esteira, as áreas que se identificaram por sua pertença ao campo das ciências sociais iniciaram um processo para reunir seus pares sob um mesmo abrigo institucional. Seus pares, entre os quais certamente não era reconhecido o Serviço Social.

Se, para Freidson, a autonomia decorre, em grande medida, da competência técnica, isto é, do domínio intelectual e político de um corpo sistemático de conhecimentos, para Bourdieu esse corpo de conhecimentos pode ser interpretado como parte do capital simbólico de uma profissão. Ocorre, no entanto, que, enquanto área de conhecimento, o Serviço Social não possui o domínio do capital simbólico das ciências sociais, isto é, do capital científico. Portanto, capital profissional e capital científico não podem ser considerados equivalentes, a não ser no tipo de funções políticas que eles desempenham. Sob essas condições, a posição social do serviço social uruguaio com vistas a sua inserção na área das ciências sociais deveria ser analisada levando em consideração as relações de poder em torno à apropriação e o controle do capital científico.

A análise do processo de inserção do Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais empreendida no presente trabalho evidenciou o papel que nele também desempenharam as lutas e as disputas em outro campo: o próprio campo do Serviço Social. O caráter não uniforme dos posicionamentos dos agentes profissionais perante a inserção do Serviço Social no âmbito das ciências sociais, agregou complexidade a todo esse processo, convertendo-se em uma variável explicativa do intrincado percurso experimentado pela profissão nesse campo. De acordo com os resultados da pesquisa realizada em fontes documentais e com informantes-qualificados, a convivência, nem sempre pacífica, de diferentes perspectivas, correntes de pensamento e culturas profissionais no campo do Serviço Social, sugerem a existência de um *habitus* profissional não uniforme ou, ainda, de diferentes *habitus* nos âmbitos acadêmicos da profissão. De acordo com a análise realizada, concepções antagônicas a respeito da profissão, de seus objetos e modalidades de intervenção, e, ainda, sobre o que pode ou não ser considerado ou não pesquisa científica parecem ter exercido certa influência sobre o percurso e os resultados da inserção do Serviço Social no campo das ciências sociais no Uruguai.

Contudo, a inserção do Serviço Social no mundo das ciências sociais representou uma oportunidade para reestruturar suas bases epistemológicas e teórico-metodológicas. Um balanço preliminar da trajetória da profissão no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais da UDELAR sinaliza o que estaria se constituindo, aparentemente, em uma tendência de longa duração: sem deixar de ser uma profissão, no mais rigoroso sentido freidsoniano do termo, o serviço social uruguaio estaria aproximando-se a sua conversão em área de conhecimento e, o que é mais importante, uma disciplina com uma clara identidade e inserção no campo das ciências sociais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.

- **Acosta, Luis**, *O processo de renovação do Serviço Social no Uruguai*. Tesis apresentada ao Programa de pós-graduação de la Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do titulo de Doutor em Serviço Social, 2005.
- **Aquin, Nora**, *Algunas incomodidades en el ejercicio profesional bajo la forma salario* In Escenarios de la vida social: el Trabajo Social y las Ciencias Sociales en el Siglo XXI´ coordinado por Margarita Rozas. 2009, Buenos Aires: Espacio Editorial.
- **Bonnewitz, Patrice**, *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- **Bourdieu, Pierre**, *Poder, Derecho y Clases Sociales*. Bilbao: Editorial Desclée, 2º edición, 2001.
- \_\_\_\_\_, *O poder simbolico*. Lisboa: Editorial DIFEL, 1989.
- **Bralich, Jorge**, *El gran desafio. Universidad y Sociedad* (150 años de historia). Montevideo, 1988, Ediciones La República.
- **Bralich, Jorge**, *Ante un nuevo plan de estudios: La formación de asistentes sociales*. Trabajo Social, Revista Uruguaya de Servicio Social, 1989, Año II, N° 8, EPPAL, p.22.
- **Brovetto, Jorge**, *Memoria del Rectorado*. Universidad de la República (1989-1998). 1998, Montevideo, Universidad de la República.
- **Danani, Claudia, C.**, *Politización: autonomía para el Trabajo Social? Un intento de reconstruir el panorama latinoamericano*. Revista katálysis, v.9, N° 2 jul./dez. 2006, Florianópolis SC, 189 – 199.
- **Diniz, Marli**, *Os donos do saber. Profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro, 2001, Editora Revan.
- \_\_\_\_\_, *Repensando a teoria da proletarização dos profissionais*. Revista Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10 (1): 165 – 184, maio de 1998.

- **Dubar, Claude**, Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Revista Educação e Sociedade, v.19, N° 62, Campinas Abr. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>, recuperado 07/03/2012.
  
- **Dubar, Claude**, *A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência*. Revista Educação e Sociedade, v.19, N° 19, Campinas Set.1999. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000300004>, recuperado 07/03/2012.
  
- **Errandonea, Alfredo (h)**, La nueva Facultad de Ciencias Sociales: Cambio o frustración?. Propuesta de ideas para su Proyecto Académico y crítica de su actual orientación. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1994.
  
- **Finch, Henry**, La economía política del Uruguay contemporáneo 1870 – 2000. 2005, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental.
  
- **Freidson, Eliot**, *La profesión médica. Un estudio de sociología del conocimiento aplicado*. 1978, Barcelona, Ediciones Península.
  
- \_\_\_\_\_, *Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 11, N° 31, 1996, p. 141 – 145.  
<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000001192>, Recuperado 21/05/2012.
  
- **Fundación de Cultura Universitaria**, Cuadernos de Ciencias Sociales, *Hacia la Facultad de Ciencias Sociales*. 1989, Montevideo.
  
- **García Inda, Andrés**, *La razón de derecho: entre habitus y campo*. Introducción in: Bourdieu, Pierre, *Poder, Derecho y Clases Sociales*. Bilbao: Editorial Desclée, 2° edición, 2001.
  
- **Grassi, Estela**, *La implicancia de la investigación social en la práctica profesional del Trabajo Social*, Revista de Treball Social, N° 137, 1994, p. 43 – 54.
  
- **Ortega, Elizabeth**, *El Servicio Social y los procesos de*



*medicalización de la sociedad uruguaya en el período neobatllista*. 2008, Montevideo, Ediciones Trilce.

- \_\_\_\_\_, *Medicina, religión y gestión de lo social. Un análisis genealógico de las transformaciones del servicio social em el Uruguay (1955-1973)*. 2011, Montevideo, CSIC.

- **Meneghetti, Gustavo**, *Profissões e Identidades Profissionais. Um estudo sobre teorias e conceitos nas ciências sociais e no Serviço Social*, Dissertação Mestrado. 2009, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa Pós Graduação em Serviço Social.

- **Mitjavila, Myriam**, *Identidad social y comunidad*. Notas acerca de las conexiones entre ambos conceptos. Cuadernos del CLAEH, N° 69, Montevideo, 2° serie, año 19, 1994/1, p. 67 – 77.

- **Montaño, Carlos**, *Análisis de las matrices del Trabajo Social em el Uruguay, a través de sus Planes de Estudio*. Cuadernos de Trabajo Social, 1994, N° 3, UDELAR, FCS, DTS, p.45.

- **Ortiz, Renato (org)**, *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais 39. 1983, São Paulo, Edições Ática.

- **Parsons, Talcott**, *El sistema social*. 1991. Buenos Aires, Alianza Editorial.

## REVISTAS

- Trabajo Social, Revista Trimestral de Servicio Social, 1986, Año I, N° 1, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Trimestral de Servicio Social, 1986, Año I, N° 2, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Trimestral de Servicio Social, 1986, Año I, N° 3, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Trimestral de Servicio Social, 1987, Año I, N° 4, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1987, Año II, N° 5, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1988, Año II, N° 6-7, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1989, Año II, N° 8, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1990, Año III, N°9, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1991, Año IV, N° 10, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay de Servicio Social, 1991, Año IV, N°11, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Trimestral de Trabajo Social, 1993, Año VI, N° 12, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay y Latinoamericana de Trabajo Social, Año VII, N° 13, EPPAL.
- Trabajo Social, Revista Uruguay y Latinoamericana de Trabajo

Social, 1995, Año VII, N° 14, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 1999, Año XIII, N° 15, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 1999, Año XIII, N° 16, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 1999, Año XIII, N° 17, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2000, Año XIV, N° 18, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2000, Año XIV, N° 19, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2000, Año XIV, N° 20, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2001, Año XV, N° 21, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2001, Año XV, N° 22, EPPAL.

- Trabajo Social, Revista Regional de Trabajo Social, 2001, Año XV, N° 23, EPPAL.

## FONTES DOCUMENTAIS

- **Código de Ética para el Servicio Social o Trabajo Social del Uruguay**, Asociación de Asistentes Sociales del Uruguay, 2001

- **Kerber, Guillermo; Terra, Carmen** (Redactores), Proyecto Código de Ética Profesional del Trabajo Social Uruguay, 1998.

- **Plan de Estudios 1992**. Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Trabajo Social, Licenciatura de Trabajo Social.

- Propuesta sobre Estructura General del Plan de Estudios (A.E), s/d.

- Documento: "Aporte al Proyecto de Plan de Estudios de la Licenciatura en Trabajo Social", Professor Dr. José Luis Rebellato, Montevideo, 17 de Outubro de 1992.

- Documento: "Algunas observaciones sobre el Plan de Estudios para la Licenciatura em Trabajo Social. El área de la educación.", Professor Jorge Bralich, Professor de Pedagogia Social da Escola Universitaria de Serviço Social.

- Facultad de Ciencias Sociales, Distribuido N° 513/91. Montevideo, 21 de Noviembre de 1991.

- Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, BOLETIN N° 1/92. Sobre la Actividad de la Asamblea del Claustro y las Comisiones Asesoras del Consejo de Facultad.

- Facultad de Ciencias Sociales. Programa de Desarrollo del Trabajo Social. Elementos para la formulación del Proyecto de Creación del Area de investigación en Trabajo Social. Prof. Agda. Myriam Mitjavila, Diciembre de 1991.

- Propuesta de Inserción del Trabajo Social en la estructura de la Facultad de Ciencias Sociales. As. Soc. Daysi Solari, consejero de la Facultad de Ciencias Sociales. 17 de abril de 1991.

- Facultad de Ciencias Sociales. Programa de Desarrollo del Trabajo Social. Informe Anual de Actividades. Prof. Agda. Myriam Mitjavila. Diciembre de 1991.
- Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales. Escuela Universitaria de Servicio Social. Bases para la elaboración de una Licenciatura en Servicio Social (con participación en el Ciclo Básico de la Facultad de Ciencias Sociales), s/d.
- Documento Jornada de Plan de Estudios. Orden Estudiantil Servicio Social. 25 de Mayo de 1991.